

**DAIANA RAMOS**

**CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA:  
UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CENTRO DE  
EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Maria Manoela Valença.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 03 / 12 / 04

  
Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS (SC)**

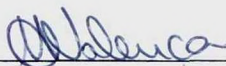
**2004**

**DAIANA RAMOS**

**CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA:  
UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CENTRO DE  
EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ.**

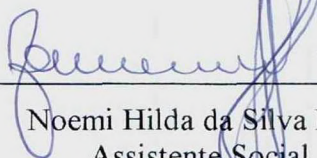
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**



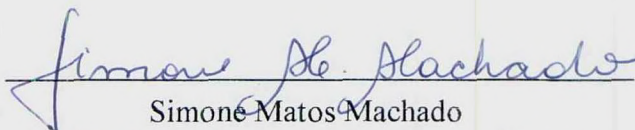
---

Profª Maria Manoela Valença  
Orientadora



---

Noemi Hilda da Silva Leal  
Assistente Social  
Coordenadora do Centro de Educação Complementar  
da Costeira do Pirajubaé/Florianópolis



---

Simone Matos Machado  
Assistente Social do Núcleo de Estudos em  
Serviço Social e Organização Popular

Florianópolis, dezembro, 2004.

Dedico este trabalho a todos aqueles que de algum modo ajudaram-me para a sua concretização: meu namorado, minha mãe, amigos, professores, funcionários e usuários do CEC Costeira.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à querida Profª Maria Manoela, pelo carinho, disposição, dedicação e enorme profissionalismo com que me orientou, muito obrigada pelas sugestões e contribuições neste trabalho.

À querida supervisora de estágio. Agora, muito mais amiga do que supervisora! Noemi, muito obriga pela oportunidade de estagiar no CEC Costeira, pelos ensinamentos repassados durante o estágio e pela compreensão e carinho.

À Profª Simone, por todo ensinamento e pela oportunidade de estagiar no NESSOP e principalmente, por tão gentilmente ter aceitado compor minha banca de avaliação. Muito obrigada!

À minha mãe Zoraíde, por tudo que fizestes por mim... Obrigada por ter me ajudado a chegar até aqui!!!

Ao Nelsinho, meu lindo namorado, amigo, assistente de TCC, digitador, Office-boy... Muito obrigada por ser tão paciente, carinhoso, companheiro e por me tratar tão bem. Se não tivesse toda tua ajuda e apoio, talvez não teria terminado este TCC! Te amo muitoooooooooooooooo!!!!!!!

À Rosângela, “a sogra”, por me tratar sempre tão bem e por todos os infundáveis xerox, folhas, disquetes... Gosto muito de você!

À maravilhosa Liagreice, amiga de muito tempo. Obrigada por tua alegria, companheirismo, apoio, ajuda, e pelas risadas e choros desses dez anos de amizade. Quero ser tua amiga sempre! Te adoro!!!!!!

À querida Marcia, amiga de graduação que foi cúmplice de uma história ruim, onde descobrimos que o preconceito ainda é o que guia muitas pessoas... Infelizmente! Marcia Iny foi muito bom te conhecer... Conte sempre comigo!

Às queridas “meninas” do CEC Costeira: Noemi, Ruti, Mari, Fátima, Andréia, Márcia. Erinete e Odete. Foi muito bom passar esse ano com vocês!

À alegre Leticia, por tão gentilmente ter-me cedido seus vários livros. Muito úteis para elaboração do TCC. Muito obrigada!

RAMOS, Daiana. **Cidadania, Educação e Família: Um Estudo sobre a Importância do Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.** 2004, p. 94. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso concretizou-se a partir da prática de Estágio, realizado no CEC - Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé. Este versa sobre a importância do CEC Costeira, para as famílias atendidas pelo projeto. Seus objetivos são destacar a importância desse, para atender e prestar assistência, como instrumento para alcance da cidadania através da educação e nesse sentido ressaltar a importância da família; identificar os benefícios e a importância do CEC Costeira, para as famílias atendidas e identificar a concepção e a importância da instituição familiar. Para realização do trabalho, optou-se pela metodologia do tipo qualitativa. Primeiramente utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental e posteriormente o levantamento dos dados empíricos. Estes foram levantados através da aplicação de um questionário para dez famílias. Os resultados demonstraram que o CEC Costeira vem atingindo os objetivos do projeto, sendo de suma importância para atender as famílias como instrumento auxiliar na educação, resgate e alcance da cidadania pelas crianças e adolescentes atendidos.

**PALAVRAS CHAVES:** Cidadania, Educação e Família.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

- Ilustração 1 – Fluxograma da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.
- Ilustração 2 – Quadro de funcionários do CEC Costeira.
- Ilustração 3 – Gráfico da composição familiar das famílias atendidas pelo CEC Costeira
- Ilustração 4 – Gráfico da Classificação familiar das famílias atendidas pelo CEC Costeira
- Ilustração 5 – Gráfico do número de filhos por família das famílias atendidas pelo CEC Costeira
- Ilustração 6 – Gráfico do tempo de frequência dos filhos no CEC Costeira

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AFLOV** – Associação Florianópolis de Voluntários.  
**APAM** – Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente.  
**CASAN** – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.  
**CEBEM** – Centro de Bem Estar de Menores.  
**CEC** – Centro de Educação Complementar.  
**CF** – Constituição Federal de 1988.  
**COMCAP** – Companhia Municipal de Melhoramentos.  
**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.  
**FFC** – Fundação Franklin Cascaes.  
**FLORAN** – Fundação do Meio Ambiente.  
**FME** – Fundação de Esportes.  
**GAPLAN** – Gabinete de Planejamento.  
**GAPRE** – Gabinete da Prefeita.  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
**IPUF** – Instituto de Planejamento Urbano.  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.  
**NOB – AS/99** – Norma Operacional Básica da Assistência Social.  
**ONGS** – Organizações Não Governamentais.  
**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Queria poder ter um lugar só meu, com pipoca, algodão doce,  
balas, salgadinhos e muitas brincadeiras. Mas isso é só um sonho,  
pois a verdade é uma sociedade cruel que me faz trabalhar para  
que eu possa sobreviver.  
Muitos dizem que meu lugar é na escola.

Por Nelson Félix da Silva Neto



## SUMÁRIO

RESUMO.....	05
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	06
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	07
APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	19
2.1 O Bairro da Costeira do Pirajubaé – Florianópolis/Sc.....	20
2.2 A APAM – Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente.....	24
2.3 O Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	27
2.4 O CEC – Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.....	29
CAPÍTULO III - CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA.....	37
3.1 Questão Social.....	38
3.2 Pobreza.....	42
3.3 Cidadania, Educação e Família.....	46
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	65
4.1 Considerações sobre a Pesquisa.....	66
4.2 Composição Familiar.....	66
4.3 A Importância do CEC para as Famílias.....	70
4.4 O Conceito de Família para os Entrevistados.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS.....	87

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso concretizou-se a partir do Estágio, realizado no período de março a dezembro de 2004, no CEC - Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.

O CEC Costeira é um projeto realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com a APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente, para atendimento às diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O CEC Costeira é um projeto que vem ao encontro do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 para atender, em termos de jornada ampliada, crianças e adolescentes providos de famílias que apresentem alguma necessidade de apoio sócio-familiar.

A partir dos conhecimentos adquiridos nesse campo de estágio, consolida-se a proposta sobre o tema desse trabalho, que é ressaltar a importância do CEC para as famílias atendidas pelo projeto. Todavia, pretende-se concretizar uma pesquisa no CEC Costeira, que venha a destacar a importância desse, para atender e prestar assistência, como instrumento para alcance da cidadania através da educação e nesse sentido ressaltar a importância da família.

Para tal estudo, adota-se a pesquisa bibliográfica, documental e a coleta de dados através de entrevistas com base na metodologia qualitativa. O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, descreve-se os procedimentos metodológicos, utilizados para a construção da pesquisa.

No segundo capítulo, inicialmente descreve-se sobre o bairro da Costeira do Pirajubaé, em seguida apresenta-se a Associação de Pais e Amigos da Criança e do

Adolescente, logo após descreve-se sobre o Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis e conseqüentemente aborda-se o Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.

No terceiro capítulo, ressalta-se a fundamentação teórica referente á questão social, pobreza, cidadania, educação e família. Este que é o fio condutor do trabalho também é a base para o quarto capítulo, onde apresenta-se a pesquisa realizada com as famílias atendidas pelo CEC Costeira.

Por fim as considerações finais que trazem algumas propostas referentes ao Serviço Social.

## **CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

“Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos e estes ainda, conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja mesmo defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta torná-los sensível – como ele próprio o foi às cores e aos odores das coisas desconhecidas”.

Philippe Ariès

O tema escolhido para a realização desta pesquisa foi, ressaltar a importância do CEC – Centro de Educação Complementar, para as famílias atendidas pelo projeto.

Partimos do pressuposto que quaisquer tipos de proposta de Políticas Públicas afetam a prática profissional do Serviço Social, uma vez que família, criança e adolescente, é um tema que há muito vêm sendo abordado em estudos e projetos sociais. Pretendeu-se concretizar, uma pesquisa no CEC Costeira, que veio a destacar a importância deste, para atender e prestar assistência como instrumento, para alcance da cidadania através da educação e nesse sentido, ressaltou a importância da família.

O estágio, instrumento possibilitador da pesquisa, aconteceu no CEC da Costeira do Pirajubaé, projeto este, realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com a APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente, para atendimento às diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A especificidade do estágio junto à criança e ao adolescente suscitou a necessidade de conhecer a realidade social vivenciada pelas famílias da comunidade. O conceito de realidade social pode ser melhor entendido através de Gil (1999, p. 42), “Realidade social é entendida [...] envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições”.

Para atender esta especificidade, também foi necessário rever a legislação específica desta área, tais como o ECA e a CF – Constituição Federal de 1988. Houve também a necessidade de conhecer as diretrizes do Projeto Centro de Educação Complementar, assim como da APAM.

Com a NOB-AS/99 – Norma Operacional Básica da Assistência Social, a competência da política de proteção à criança e ao adolescente passa do Estado para o Município. Este processo é denominado de Municipalização, ou seja, os municípios

passam a ter mais autonomia para organizarem suas redes de assistência social, segundo a realidade e as demandas locais.

Devido à municipalização o Projeto Centro de Educação Complementar foi elaborado, implementado e coordenado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, para atender crianças e adolescentes na faixa etária de sete a treze anos incompletos, provenientes de camadas populares, no período extra escolar. Tendo por objetivo, propiciar à criança um espaço alternativo para construção de conhecimento e lazer.

O Serviço Social na instituição atua junto às famílias das crianças e adolescentes, procurando edificar a cidadania e solidificar a relação família e instituição.

As políticas sociais, essencialmente, habitação, saúde e educação, não têm conseguido alterar o quadro de pobreza, miséria e exclusão de uma significativa parcela da população. Conseqüentemente tem-se a desqualificação do texto trazido pelo ECA, em seu Art. 7º: A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Assim como o texto da Constituição Federal em seu Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A criança é considerada um ser humano em processo peculiar de desenvolvimento e por isso, deve ser protegida. Portanto, foi necessário compreender as diferenças sócio-psico-étnicas-culturais presentes em cada núcleo familiar, respeitando as individualidades e

desconsiderando modelos idealizados do que é família. Segundo Miotto (1997, p. 21), a família é:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

As bases teóricas apresentadas favoreceram o surgimento de uma idéia específica de que o CEC Costeira é de suma importância para atender essa comunidade que apresenta variadas demandas por melhores políticas e projetos sociais que viabilizem a cidadania através da ação integrada entre instituição, família e comunidade.

A fim de realizar este estudo foi adotada a pesquisa, entendida por Gil (1999, p. 42), como sendo:

[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. [...] pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Para atender os pressupostos da pesquisa, tivemos como objetivos, destacar a importância do CEC Costeira, para atender e prestar assistência, como instrumento para alcance da cidadania através da educação e nesse sentido, ressaltar a importância da família; identificar os benefícios e a importância do CEC para as famílias atendidas e identificar a concepção e a importância da instituição familiar para os entrevistados.

Como estratégia de ação para alcance dos objetivos da pesquisa, foram realizadas entrevistas junto as famílias atendidas pelo CEC Costeira.

Para tornar possível a obtenção dos dados, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2002, p. 21):

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para atender aos objetivos propostos pela pesquisa e obter os dados empíricos, cinco procedimentos foram adotados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, elaboração do questionário, coleta de dados e entrevistas.

O questionário (anexo A) teve como base de sua elaboração os objetivos da pesquisa, que traduzidos em questões específicas, proporcionaram dados para esclarecer o problema trazido pela pesquisa. Com base em Chizzotti (2000, p. 55):

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemáticas e seqüencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assuntos que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada.

A coleta de dados teve como procedimento inicial a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999, p. 65), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Conseqüentemente foi utilizada a pesquisa documental, que consiste na pesquisa de fontes escritas. É a observação de determinado fato, através da análise de documentos, relatórios e entrevistas.

Posteriormente foi utilizada a entrevista estruturada, conforme Gil (1999, p. 121), “[...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados [...]”. Por possibilitar o tratamento qualitativo dos dados, este tipo de entrevista tornou-se o mais adequado para desenvolvimento de levantamentos sociais.



A entrevista estruturada para essa pesquisa, teve como roteiro um questionário com questões abertas, onde o entrevistador faz as perguntas e deixa o entrevistado responder livremente, para depois fazer a pergunta conseqüente.

Para a realização das entrevistas e aplicação dos questionários foi necessário ter como antecedentes um contato com a população alvo que ocorreu durante a reunião de pais realizada no mês de setembro de 2004 no CEC Costeira, tendo como objetivo, explicar e informar aos entrevistados, o objetivo da pesquisa, o conteúdo e a metodologia do trabalho bem como, indagar sobre a disponibilidade de colaboração das famílias, assim como marcar a data, local e hora da entrevista.

Durante a reunião foi efetuado o contato com as famílias presentes para saber qual a vontade e a disponibilidade destas, de estarem participando da pesquisa. Dos cinco pais que participaram da reunião, três se dispuseram a responder o questionário ao término da mesma. Os outros dois aceitaram comparecer no dia seguinte para realização da entrevista. Foi combinado nesta reunião que os pais que ali não compareceram, teriam três dias após a mesma para participarem da pesquisa.

No dia posterior à reunião, foi avisado às crianças e adolescentes que nos próximos dois dias seria realizada uma pesquisa, para qual os pais que tivessem disponibilidade, pudessem comparecer ao CEC para responder ao questionário.

Portanto, no dia vinte e sete de setembro, após a reunião, foram realizadas três entrevistas; no dia vinte e oito de setembro foi realizada uma entrevista; no dia vinte e nove foram realizadas três entrevistas e no dia trinta de setembro foram realizadas três entrevistas, somatizando dez famílias de um total de cinquenta famílias atendidas pelo CEC Costeira. Para tanto, o índice alcançado foi de 20% da população alvo total.

Os dados levantados pelos questionários respondidos estão apresentados de forma descritiva no quarto capítulo deste trabalho para isso, foi realizada uma análise, deste

conteúdo que possibilitou ressaltar a importância do CEC para as famílias atendidas na comunidade da Costeira do Pirajubaé.

O estágio no CEC Costeira me fez conhecer uma nova comunidade e o agir profissional junto à criança e ao adolescente.

Foi possível perceber o estado de vulnerabilidade, a falta de carinho e de satisfação das necessidades básicas na maioria das crianças atendidas pelo CEC Costeira. Um indicador explícito desta situação pelo qual me chamou atenção foi a baixa auto-estima das crianças que mal começaram a viver, já pensam que a morte é uma das maneiras de livrá-las dessa situação de pobreza.

Quando conversei com um dos meninos que havia subido no telhado, questionei a possibilidade de ele cair e se machucar; a resposta dele foi rápida: “se eu cair e me machucar é só eu enfiar uma faca no pescoço que morro rápido”. Ficou clara a importância de que esses projetos tenham em seu quadro técnico psicólogos para estarem atendendo essas crianças e adolescentes, pois somente o serviço social não consegue suprir todas essas necessidades.

É preciso mais atenção do poder público quando elabora esses projetos, pois alguns funcionam devido a interesses políticos, sem avaliação, sem profissionais suficientes para o montante de trabalho apresentado e em lugares sem estrutura física adequada.

Contudo é preciso que os profissionais exerçam a profissão com mais ética, em busca da prestação de um serviço emancipatório para os usuários, menos clientelista e assistencialista e que ofereçam possibilidades de mudança para a atual conjuntura social, que a cada dia aumenta a exclusão, o preconceito, a discriminação e a situação de pobreza da população atendida pelo Serviço Social.

## **CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

“Fácil constatar, no entanto, a grande distância entre o “Brasil legal” e o “Brasil real”. Cabe-nos apesar dessa constatação, assegurar o cumprimento pleno do ECA, nascido do preceito constitucional que afirma a “prioridade absoluta” da criança e do adolescente”.

Francisco Xavier Medeiros Vieira

## 2.1 O Bairro da Costeira do Pirajubaé — Florianópolis/SC

O Bairro da Costeira do Pirajubaé, (PIRAJUBAE - de PIRA (peixe) YUBA (amarelo) + Y (rio)), ou seja, costeira do rio do peixe amarelo, tem sua história marcada por várias características rurais. Com o passar do tempo essas características e os costumes sofreram inúmeras modificações.

Segundo o historiador Virgílio Várzea (1984), a Costeira do Pirajubaé era responsável pela produção de hortifrutigranjeiros, que eram comercializados no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. O crescimento foi lento e em 1900, os habitantes principais do povoado se localizavam na Colina da Carvoeira atualmente denominada Caieira do Saco dos Limões. Eram pequenas construções de pedra e cal, entre as chácaras maiores de negociantes que as utilizavam para o veraneio.

O Bairro da Costeira do Pirajubaé teve o início de sua ocupação em função da expansão do bairro saco dos Limões por volta da década de vinte. Em 1943, a região era considerada zona rural do distrito sede, passando em 1958, para área urbana.

Com a urbanização do Bairro, houve a quebra de alguns costumes trazidos com a cultura açoriana. Com isso as tradicionais relações sociais dos pescadores restringiram-se aos encontros nos ranchos e às reuniões nas associações de pesca. Este novo contexto ocasionou a diminuição do contato entre as famílias e a relação de vizinhança no bairro, que perdeu a característica de troca de idéias e transferência de conhecimentos e história local.

Ao longo de sua história a Costeira do Pirajubaé foi agregando valores que contribuíram para sua feição atual. Nem todos esses valores foram condizentes com uma prática de boa convivência com o meio físico, e alguns danos foram cometidos, sobretudo a degradação da cobertura original das encostas. (AMBONI, 2001, p. 15).

O Bairro da Costeira do Pirajubaé faz parte do Distrito sede do município de

Florianópolis, conforme a Lei N<sup>o</sup> 5504, de 21 de julho de 1999. Está situada entre os bairros Saco dos Limões e Rio Tavares, à margem da Avenida Jorge Lacerda que é atualmente a principal via de escoamento do trânsito no bairro.

A Avenida Jorge Lacerda facilitou o acesso ao bairro, e para sua construção foi necessário aterrar parte da praia, o que ajudou a mudar os costumes da comunidade. A praia era o lugar onde nos domingos os moradores se reuniam para conversar, era o espaço de lazer e de sobrevivência, pois a maioria dos moradores eram pescadores.

A facilidade do acesso ao bairro e a grande área desocupada, ocasionou o aumento no número de habitantes. Com o aumento da população é necessário, rede de iluminação, rede de esgoto, água encanada à estrutura básica de saneamento.

No Bairro da Costeira do Pirajubaé, os lotes nos morros foram ocupados sem respeitar as normas de planejamento urbano. Pessoas vivendo em condições precárias de moradia, casas em situação de risco nas encostas, as inúmeras servidões nada mais são do que caminhos abertos no meio do mato que contrastam com a vista para o mar e a natureza exuberante.

Antigamente a Bica da Rosalina abastecia o bairro com a água. A Bica da Rosalina ficava ao lado da Igreja Católica, era uma fonte de águas limpas, que servia a todos os moradores. Com a construção da avenida Jorge Lacerda a Bica foi fechada, e por cima dela hoje, passa a avenida.

Hoje, a água que abastece a comunidade vem da CASAN — Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e da cachoeira, que corta o bairro. A maioria dos moradores usa a água da cachoeira. As pessoas que moram no alto do morro tem a água pura, mas à medida que a cachoeira vai descendo, além de fonte de água, ela vira depósito de lixo. A ineficiente coleta de lixo, a falta de informação e consciência faz com que os moradores ao mesmo tempo em que consomem a água em suas residências, joguem seu

lixo e seu esgoto na cachoeira.

Segundo Amboni (2001, p. 15), “o crescimento desordenado é apontado pelos moradores locais como um dos principais responsáveis pelo acúmulo de lixo de todas as procedências no leito das cachoeiras e no mar”. Além disso, a construção da Via Expressa Sul também tem favorecido para o depósito de lixo ao longo do aterro e a constatação de impactos ambientais e sociais no bairro.

Alguns impactos ambientais ocasionados pela Via Expressa Sul, referem-se ao aterro, que causa a retirada do banco de areia (antigo abrigo de berbigões), o prolongamento da distância até o mar, o que dificulta o acesso dos pescadores e serve de incentivo para o desaparecimento dessa tradição na comunidade. A imensa extensão de aterro que atualmente está abandonada merece um olhar mais atencioso das autoridades, pois está sendo utilizada como depósito de lixos e entulhos.

Os impactos sociais que podem ocorrer a partir da Via Expressa Sul, fazem parte da utilização da grande faixa de aterro que pode servir como meio de ampliação dos equipamentos coletivos nessa comunidade. Um exemplo dessa utilização se dá, com a construção de áreas de lazer ao longo do aterro, pois o bairro da Costeira do Pirajubaé é totalmente desprovido de adequadas áreas específicas de lazer, principalmente para as crianças e adolescentes, que passam o dia perambulando pelas ruas.

O direito ao lazer está especificado em diversos documentos oficiais, dentre os quais é válido citar a Constituição Federal de 1988 em seus capítulos:

Capítulo II, artigo 60 dos direitos sociais: Art. 60. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, artigo 217, § 3: Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: § 3º. O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

E também o ECA, onde pode-se ler:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p. 48).

O conceito de lazer, segundo Dumazedier (2000), é definido como sendo o conjunto de ocupações no qual o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para divertir-se, seja para desenvolver sua formação ou informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora depois de ter-se liberado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais.

O lazer é, além de uma necessidade, um direito do ser humano. Através de atividades que proporcionem prazer, as pessoas devem utilizar seu tempo livre para repor as energias de forma agradável.

Encontram-se também, no Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de julho de 2001, as seguintes referências às necessidades e direito da população quanto à aquisição de uma área verde e local onde possa ser realizado lazer:

Art. 20 A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; Art. 260 O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: VI- criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

A Lei Orgânica do Município de Florianópolis, de 05 de abril de 1990, também dispõe de artigos que garantem o direito ao lazer à população:

Art. 126-O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, promovendo medidas que assegurem, prioritariamente:  
 I - desenvolvimento do desporto educacional e amador;  
 II - criação de espaços públicos destinados à prática do esporte;  
 III - incentivo às competições desportivas locais e microrregionais;

#### IV - incentivo ao esporte de cunho comunitário e de lazer.

Enquanto as crianças e adolescentes estão praticando esportes ou envolvidos com atividades lúdicas que os remetam a pensar na cultura local, é criada uma consciência nesse jovem relacionada à situação na qual está inserido. Conseqüentemente, cria-se a possibilidade dessas pessoas não estarem aumentando os índices de criminalidade ou sujeitas à violência.

Estatisticamente está comprovado que os locais com maior incidência de jovens no crime são comunidades onde são poucas as opções para o trabalho correlacionado ao lazer ou a prática de atividades sociais. Devido a essas estatísticas é inconcebível que o aterro da Costeira do Pirajubaé não esteja sendo uma opção de espaço de lazer para a comunidade.

Hoje o bairro da Costeira do Pirajubaé merece atenção dos gestores públicos, devido ao seu valor histórico; pelo contingente populacional que vive em condições precárias de habitação, saúde, lazer e educação; pela falta de planejamento urbano; pela ausência de coleta de lixo no alto dos morros, pela constante agressão ao meio ambiente, devido à ocupação desordenada das encostas e a construção da Via Expressa Sul.

### **2.2 A APAM — Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente**

A APAM — Associação dos Pais e Amigos da Criança e do Adolescente da Costeira do Pirajubaé, foi fundada em 12 de março de 1988. Abriga atualmente em seu prédio o CEC, um projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis dirigido à crianças e adolescentes na faixa etária de sete a treze anos incompletos.

APAM inicialmente significava Associação de Pais e Amigos do Menor de acordo



com o Código de Menores. Em 1990 com a implantação do ECA, houve alteração na nomenclatura, passando a ser Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente, permanecendo a sigla.

Ela surgiu através da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho em 1988, que incorporou em suas ações o Projeto “Menor uma solução. Você tem outra?”, implantando e criando a Associação de Pais e Amigos do Menor - APAM, em 05 comunidades de Santa Catarina.

A APAM da Costeira do Pirajubaé foi a primeira a ser implantada e se apresentava como uma experiência pioneira em atendimento a criança e ao adolescente no estado de Santa Catarina.

O objetivo da APAM é viabilizar cursos, palestras, oficinas e encontros sobre as questões da criança e do adolescente, realizando trabalhos integrados às instituições que atuam na comunidade, assim como, viabilizar alternativas, através da prática comunitária, sobre as questões da criança e do adolescente, na prevenção e orientação nas áreas de saúde, educação, trabalho, lazer, etc.

A APAM Costeira do Pirajubaé, a partir de setembro de 1992, firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, cedendo o espaço físico para que funcionasse um Projeto de Educação Complementar da Prefeitura. Este convênio vem sendo renovado anualmente.

O convênio acontece através de uma parceria que consiste em a Prefeitura responsabilizar-se pelos recursos humanos, capacitação, material didático e esportivo, alimentação, luz e água; a APAM cede o espaço físico e continua prestando cursos à comunidade.

Hoje em dia, parceria é um termo muito utilizado para significar qualquer tipo de ação conjunta, mesmo um simples contrato de prestação de serviços de curta duração. [...] parceria é uma forma de colaboração entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil na

elaboração e execução de programas e projetos sociais. (CADERNO DO AGENTE, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p. 29).

Atualmente a APAM conta com uma nova diretoria, eleita no primeiro semestre de 2004 e está oferecendo curso de eletricitista para a comunidade; tele curso 2000 de ensino médio e alugueis do salão da sede para festas. A nova diretoria é composta por três instâncias: Diretoria Executiva: Diretor Presidente Gabriel Nasser Doyle; Vice Presidente Gilson de Souza Lourenço; 1ª Secretária Marilda Ribeiro; 2ª Secretária Marli Tomazo; 1ª Tesoureiro Sidnei Nascimento; 2º Tesoureiro Marciano C. da Silva; Diretor de Patrimônio Anildo Correia Duarte; Diretora Jurídica Vera Márcia Marques Santos e Diretora Social Adir Lídia Pierre de Souza.

Conselho Deliberativo: Alnerir Machado; Ciro Silveira; Dejair Maestri; Djalma Siqueira da Silva; Edite da Costa Alves; Jaison Nascimento; João Batista de Souza; Sônia Soares Caetano e Valter Setembal.

Conselho Fiscal: Roselita de Souza; Maria Odinancir Santana Machado; Elizabete Pereira Moraes; Celso de Souza Botelho; Carlos Antônio Marques e Marcos Lino Mendonça.

É importante ressaltar que a APAM, foi criada com fins não governamentais e por isso, mesmo sendo conveniada à Prefeitura Municipal de Florianópolis, é uma entidade sem princípios partidários e/ou políticos.

Partindo do conceito de Guareschi (1996, p. 95), onde comunidade significa “uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo, onde são colocados em comum relação primária, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade e os sentimentos”. A união e a mobilização da comunidade para a construção do prédio da APAM foi de extrema importância para a sua concretização.

O Brasil só será realmente democrático se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de

participação e são respeitados como pessoas. E nesse nível básico que acontece a vida e a vivência democrática. Se não houver democracia em nível comunitário, não poderá haver democracia em nenhum outro nível, seja municipal, estadual ou nacional. O teste de uma sociedade democrática é a existência de verdadeiras comunidades. (GUARESCHI, 1996, p. 96).

Usando o referido sentido democrático, o verdadeiro significado e a força de uma comunidade unida, houve a mobilização para angariar fundos para a construção da APAM. Foram realizados vários mutirões para a construção do prédio, sendo que a sede, só foi concretizada a partir do interesse da comunidade em construir um espaço de atendimento a criança e ao adolescente, possibilitando assim, trabalhar a importância da cidadania.

### **2.3 O Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis**

O Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis surge por volta de 1974 vinculado à Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. O Serviço Social era apenas uma Divisão dessa Secretaria.

Em 1985 a Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social dividiu-se em: Secretaria de Educação, e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, ambas autônomas e com atuações específicas. A Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social permanece até o ano de 2001, quando novamente sofre alterações e é desmembrada em duas Secretarias: Secretaria da Saúde e Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Hierarquicamente, a Prefeitura Municipal de Florianópolis segue a seguinte estrutura: primeiramente o GAPRE - Gabinete da Prefeita e subordinado a ele estão as nove secretarias, o GAPLAN - Gabinete de Planejamento, a Procuradoria Geral do Município, o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano, a FLORAN - Fundação do Meio

Ambiente, a FME - Fundação de Esportes, a FFC - Fundação Franklin Cascaes, a COMCAP - Companhia Municipal de Melhoramentos, e o AFLOV - Núcleo de Transportes e a Associação Florianopolitana de Voluntários.

A Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social divide-se em três gerências: cada gerência é responsável por uma área específica, sendo essas, a habitação, a assistência social e a administrativo e financeiro. Para ilustrar a estrutura funcional da secretaria utilizaremos o fluxograma a seguir:

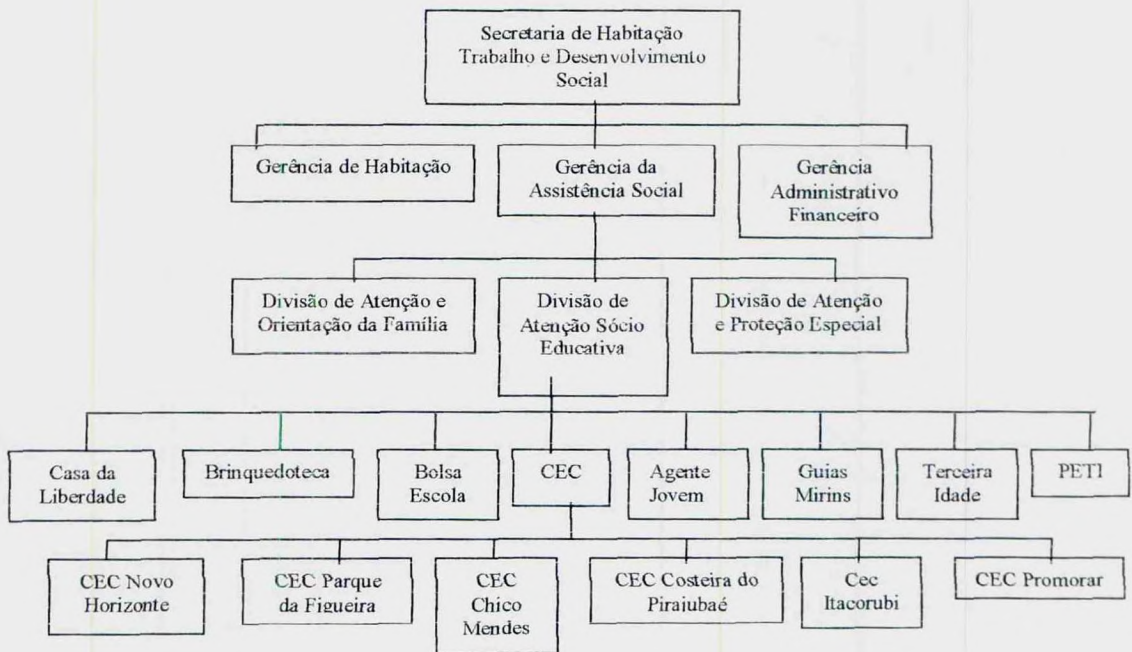


Ilustração 01: Fluxograma da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.  
Fonte: Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (2004).

A Gerência da Assistência Social é responsável pela gestão de programas e projetos sociais de atendimento e defesa à população infanto-juvenil carente e em situação de risco pessoal e social. Dentre estes programas destacamos o CEC, que está vinculado à Divisão de Atenção Sócio-Educativa, a qual detém a competência administrativa e orçamentária sobre os seis CEC's do município, porém em cada um deles há uma outra coordenação.

Cabe a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social às decisões

administrativas e a gerência. A organização do trabalho pedagógico fica a cargo da equipe de trabalho de cada CEC e da Secretaria da Educação que encaminha os educadores para o projeto.

A alimentação é fornecida pela Coordenadoria de alimentação Escolar e as instruções nutricionais são elaboradas por nutricionistas da própria Coordenadoria.

As orientações para cada CEC são repassadas através de reuniões mensais com os coordenadores de cada CEC e da Secretaria.

#### **2.4 O CEC — Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé**

O CEC tem caráter preventivo na própria comunidade e é dirigido a crianças e adolescentes na faixa etária de sete a treze anos incompletos, prestando atendimento no período extra-escolar em forma de jornada ampliada, realizando atividades sócio-educativas, nas áreas de: saúde, cultura, esporte, lazer, arte-educação e pedagogia.

O atual projeto CEC é a reformulação de um programa, chamado até 1990, de CEBEM - Centro de Bem Estar de Menores, fundamentado no Código de Menores, posteriormente pautado no ECA. A implantação do ECA nos leva a um constante repensar da prática, marcando a história dos CEC's e redimensionando a proposta sócio-psico-pedagógico para a construção participativa do fazer cotidiano.

O estatuto rompeu, definitivamente, com a doutrina da situação irregular, e adotou, com base em normativas internacionais, a doutrina da proteção integral. Crianças e jovens deixaram de ser vistos como “objetos de direito”, passando à condição de “sujeitos de direito”. (VIEIRA, 2000, p. 5).

O CEC da Costeira do Pirajubaé funciona em parceria com a APAM e tem capacidade para atender oitenta crianças e adolescentes de sete a treze anos incompletos,

que ficam no CEC no período extra-escolar.

O CEC surge como uma política de prevenção à marginalidade, tentando evitar o aumento de crianças nas ruas, criando espaços na própria comunidade para que essas crianças e suas famílias desenvolvam e resgatem a cidadania.

O CEC tem como objetivos desencadear um processo de resgate e desenvolvimento da cidadania, possibilitando a cada pessoa uma leitura e intervenção na sua realidade social oportunizando um espaço de convivência sócio-educativo para crianças e adolescentes dentro das próprias comunidades, buscando a prevenção da marginalidade; desenvolver o processo sócio-pedagógico entre educadores e educandos de forma participativa; prestar atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes do Programa, bem como às suas famílias e a comunidade em geral; promover a integração e articulação do CEC com as escolas e outras instituições que atendem a comunidade; enfatizar o desenvolvimento da criança em todos os aspectos: cognitivo, afetivo e social; criar espaços de reflexão para os educadores aprofundarem a consciência de seu papel social; propor mecanismos que facilitem a integração entre o CEC e a família dos educandos; proporcionar às famílias uma reflexão sobre temas educativos abrangentes; oferecer alimentação dentro dos padrões básicos de equilíbrio nutricional; possibilitar a prevenção questões básicas de saúde e acompanhar as famílias em situação de crise, oriundas na comunidade.

Segundo o Projeto inicial do Centro de Educação Complementar (1992, p. 04):

[...] um dos princípios básicos é o conhecimento e integração na realidade na qual o Projeto está inserido. Para tanto, é necessário o conhecimento da comunidade, sua forma de organização, tipos e equipamentos coletivos, bem como cada família e cada criança nas suas particularidades.

O envolvimento das famílias e da comunidade nas atividades e decisões do projeto é fundamental, pois desta forma pode-se estabelecer relações de parceria para a execução de atividades mais efetivas e eficazes, bem como deverão ser levados em conta os interesses percebidos a partir das atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes do Projeto.

O Centro de Educação Complementar da Costeira é um projeto que vêm ao encontro do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 para atender, em termos de jornada ampliada, crianças e adolescentes providos de famílias que apresentem alguma necessidade de apoio sócio-familiar.

A jornada ampliada é consolidada a partir do PETI, implantado no Brasil em 1996.

A jornada ampliada deve ocorrer no período oposto ao da escola, com professores capacitados para desenvolverem e aplicarem atividades educativas, esportivas, recreativas e culturais. A jornada ampliada é uma estratégia que tem como objetivo a retirada das crianças e adolescentes das ruas e a sua inserção em atividades educativas que possam proporcionar-lhes informações a respeito de seus direitos enquanto cidadãos. A jornada ampliada visa também ampliar o universo cultural dessas crianças e adolescente, desenvolvendo suas potencialidades com vistas à melhoria de seu convívio familiar e social e, principalmente, proporcionar-lhes a melhoria do desempenho escolar. (MANUAL OPERACIONAL DO PETI, 1999, citado por BALSTER, 2003, p. 43).

A rotina no CEC começa às 8:00 até 11:45 para o período matutino, sendo oferecido um lanche na hora da chegada e um almoço antes da saída. No período vespertino tem início às 13:30 até 16:45, sendo oferecido um lanche e uma janta.

Para tanto, o CEC Costeira dispõe atualmente de um quadro interno de funcionários como demonstra o quadro<sup>1</sup> a seguir:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Número de Funcionários</b>	<b>Formação</b>	<b>Função</b>	<b>Carga Horária diária</b>
Assistente Social	01	Serviço Social	Coordenação	06 horas
Educadores Pedagógicos.	03	Pedagogia	Professor	Dois com 04 horas e um com 08 horas
Merendeira	01		Merendeira	08 horas
Aux. Serviços Gerais	02		Aux. Serviços Gerais	08 horas
Estagiários	01	Serviço	Estagiaria	04 horas

<sup>1</sup> O quadro de funcionários foi construído por esta pesquisadora, a partir do conhecimento adquirido durante o estágio no CEC Costeira do Pirajubaé que ocorreu no período de março a dezembro de 2004.

		social		
	01	Pedagogia	Estagiária	04 horas
	01	Educação Física	Estagiário	03 horas
	01	Ciências Sociais	Estagiário	04 horas
Vigia	02		Vigia	12 horas

O apoio pedagógico serve como vertente de todo o trabalho do Centro de Educação Complementar, desenvolvendo atividades diferenciadas da escola, mas fortalecendo esta instituição através da priorização de atividades lúdicas e recreativas que facilitem a compreensão, pelos educandos, dos conteúdos escolares. Segundo o Projeto Centro de Educação Complementar (1992, p. 02), “todas as ações devem respeitar a construção individual e coletiva entre educador, educandos, família e comunidade, numa perspectiva de práxis-ação-reflexão-ação”.

O quadro atual de funcionários está sendo suficiente para atender, de forma adequada as crianças e adolescentes em atividade no CEC Costeira.

As atividades desenvolvidas são (anexo B):

- Oficinas pedagógicas para trabalhar direitos, deveres, cidadania, inserção social e atividades educacionais e informativas;
- Oficinas artísticas: tricô, dobradura, papelagem, pinturas, modelagens;
- Atividades culturais como teatro, dança, apresentações;
- Atividades físicas, esportivas e de recreação como jogos e gincanas;
- Passeios recreativos e culturais;
- Oficinas sobre ética, drogas, sexualidade, virtudes entre outras;
- Atividades de higiene pessoal;

Percebe-se que as crianças e adolescentes matriculados no CEC, freqüentam as séries de 1ª a 6ª e provém de três escolas da região da Costeira, são elas: Escola Desdobrada Adotiva Liberato Valentim; Escola Anísio Teixeira e Escola Júlio da Costa



Neves.

A principal proposta de atendimento do Projeto Centro de Educação Complementar é de propiciar experiências positivas para a criança, estimulando a expressão, a criatividade, a reflexão, a participação e a integração grupal, dando atenção às individualidades e ao desenvolvimento diferenciado.

O CEC está comprometido com os sujeitos socialmente excluídos e desprovido de seus direitos básicos: saúde, lazer, habitação e outros. Essa exclusão é gerada pela fragilidade das políticas sociais para a população das camadas menos favorecidas da sociedade.

A demanda atendida pelos profissionais do CEC provém da comunidade da Costeira do Pirajubaé e são na maioria dos casos, famílias com precária situação econômica e que não dão conta de manter suas necessidades primordiais.

No CEC o Serviço Social tem como objetivo abordar e mediar as famílias, na tentativa de apoiá-las e fortalecê-las, através de políticas de atendimento que olhem a família como um todo e não fragmentada.

O Assistente Social em sua prática sócio - educativa no CEC tem atribuições que vão além da especificidade da profissão. O trabalho executado pelo profissional de Serviço Social é muito diversificado devido ao caráter administrativo interno exercido. Isso acontece, pois, o Assistente Social do CEC é responsável pela coordenação do projeto nas comunidades de atuação. Assim as atividades de responsabilidade do coordenador do CEC, são: Atendimento às famílias usuárias do CEC e às famílias da comunidade que procuram o Serviço Social do CEC; encaminhamento quando necessário a outros serviços, projetos ou programas; visitas domiciliares; organização de reuniões com a equipe técnica e com os pais das crianças matriculadas no CEC; formação e seleção de turmas de alunos; coordenação no CEC do bairro da Costeira do Pirajubaé do PETI; organização da área

administrativa do CEC.

O atendimento às famílias usuárias do CEC é uma prática muito constante no cotidiano do Assistente Social. Este ocorre quando a própria família procura o projeto, ou quando o profissional percebe a necessidade de prestar esse serviço a alguma família que passa por algum problema já diagnosticado ou não. Este atendimento é realizado através de visitas domiciliares; entrevistas e de encaminhamentos para instituições que possam auxiliar a família a superar ou amenizar as suas dificuldades.

Já o atendimento às famílias da comunidade que procuram o Serviço Social do CEC acontece, pois é a única instituição no Bairro da Costeira do Pirajubaé que têm em seu quadro funcional um profissional de Serviço Social, por esse motivo é comum o atendimento e encaminhamento a pessoas e famílias da Costeira e de outros bairros próximos. O procedimento adotado para este atendimento é o mesmo para com as famílias usuárias do CEC.

Os encaminhamentos acontecem constantemente na rotina do Assistente social do CEC. São realizados para encaminhar famílias, crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar, ao setor de psicologia, a Assistência Pública, ao Posto de Saúde, às Escolas e a outros atendimentos dependendo da demanda. Todo encaminhamento é formalizado através do termo de encaminhamento, o qual é arquivada uma cópia na instituição.

A mediação na maioria das vezes acontece através de diálogos, orientações, informações e/ou encaminhamentos, pois as famílias que procuram o Serviço Social do CEC muitas vezes estão com questões internas que podem ser facilmente resolvidas.

As visitas domiciliares fazem parte dos princípios do projeto, porém não obedecem a qualquer critério pré-estabelecido. Elas acontecem quando o profissional percebe a necessidade desta para prestação de um melhor serviço à família, pois a visita domiciliar é um importante instrumento para o profissional de Serviço Social.

As reuniões com a equipe técnica acontecem todos os meses, são importantes para avaliar as atividades do mês e para definir o plano de trabalho mensal da equipe multidisciplinar. Cabe ao coordenador do CEC planejar e conduzir a mesma.

As reuniões com os pais das crianças matriculadas acontecem de forma bimestral com o objetivo de repassar informações e ouvir os pais das crianças. Estas também são planejadas e conduzidas pelo coordenador, porém é necessária a participação dos educadores.

A formação e seleção de turmas de alunos acontecem no começo de cada ano quando são realizadas as matrículas de novas crianças e adolescentes que irão frequentar o CEC. Cabe ao coordenador fazer as matrículas e arquivar as fichas.

O CEC desempenha o papel de projeto que atende as crianças e adolescentes em forma de jornada ampliada, por ter essa característica, o coordenador o CEC também desempenha o papel, neste bairro, de coordenação do PETI. A criança que participa do PETI obrigatoriamente necessita estar matriculada e frequentando o ensino formal e a jornada ampliada, que é viabilizada pelo CEC. É de responsabilidade do coordenador do CEC enviar todos os meses para a coordenação municipal do PETI, a lista de frequência das crianças que participam do Programa.

A organização da área administrativa do CEC refere-se a organizar e supervisionar o trabalho dos funcionários do CEC (educadores, merendeira, auxiliares de serviços gerais e estagiários); controlar os recursos e bens materiais; buscar recursos materiais e financeiros para garantir o devido atendimento aos usuários; organizar, orientar, promover e encaminhar documentos e sistematizar toda a documentação referente ao projeto, aos funcionários e usuários, e organizar festas e eventos, visando o lazer das crianças e adolescentes do CEC.

Também é tarefa do coordenador do CEC, participar e integrar-se em atividades

com outras entidades locais e participar de seminários e reuniões com outros projetos e entidades e participar de cursos de capacitação.

Para tornar possível e eficaz a sua atuação é preciso que o profissional de Serviço Social conheça a rede de serviços em que o projeto está inserido, pois sem estabelecer “laços” com esta rede, não será possível intervir de maneira conclusiva. Somente os recursos dispostos para o projeto não são suficientes para atender todas as necessidades expressas pela demanda atendida e contemplar a especificidade do serviço prestado.

Por ser um projeto de caráter municipal, o Assistente Social em seu trabalho no CEC conta com restrições muitas vezes estabelecidas pela Prefeitura, que não oferece uma ampla autonomia para que este profissional desenvolva suas habilidades com espontaneidade. Devido a esse caráter apresentado pelo projeto, na maioria das vezes a intervenção profissional acaba sendo mais uma ação assistencialista que não oferece oportunidade emancipatória para os usuários atendidos, pois o serviço prestado é feito de maneira emergencial sem uma intervenção conclusiva da questão social apresentada pela demanda.

[...] um dos desafios que os Assistentes Sociais vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2004, p. 20, grifos da autora).

Dessa forma, se houver o resgate cotidianamente do ECA, da Constituição Federal, e do que o Código de Ética da profissão se propõe para a prática profissional do Assistente Social, ter-se-ia a possibilidade de garantir ou produzir Políticas Públicas que de fato atendessem as Leis existentes no Estado Brasileiro.

### **CAPÍTULO III – CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA**

“Formar o cidadão não é tarefa para um dia, para contar com eles quando homem é preciso instruí-los ainda crianças”.

### 3.1 Questão Social

Anteriormente à discussão sobre cidadania, educação e família, constatou-se a importância de discutir-se a questão social, pois esta permeia o campo de atuação e intervenção do Assistente Social, além de ressaltar-se uma das mais terríveis expressões da questão social produzida pela dinâmica capitalista, que é a pobreza.

Pode-se definir questão social hoje na sociedade capitalista como sendo o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade. A questão social em suas múltiplas expressões provoca a necessidade de ação dos profissionais da área social junto a algumas de suas demandas como, por exemplo: criança, adolescente, família pobreza e violência.

Como afirma Iamamoto (2004), os assistentes sociais trabalham diretamente com a questão social em suas variadas expressões na tentativa de lidar com os diversos tipos de interesses sociais que permeiam o espaço de trabalho deste profissional. Além desta afirmativa, pode-se encontrar nas afirmações da autora que a questão social é reconhecida como sendo as desigualdades sociais, mas também como rebeldia daqueles que a vivenciam e a ela se opõem.

Exatamente por isso, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2004, p. 28).

Surge a questão social na transição do século XVIII para o XIX, com o capitalismo mercantil onde a força de trabalho livre faz o homem vender sua força de trabalho para

sobreviver e ampliar os intercâmbios de mercados. O aprofundamento da questão social se dá a partir do século XIX e XX com o capitalismo concorrencial monopolista, a industrialização e a globalização que entram no século XXI como a regra da economia mundial.

Segundo Ianni (1999), na época da escravidão não existia questão social, pois ela tem como marco de início a sociedade capitalista, porém havia manifestações e problemas sociais, ou seja, mesmo sem haver formalizado a questão social, já havia as expressões dela.

No Brasil a questão social é reconhecida a partir da década de 30 quando é legalmente aceita surgindo das relações capital trabalho no processo de industrialização da época. “[...] ao longo das décadas de 20 e 30, os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia e começar a ser tratada como um problema político”. (IANNI, 1999, p. 03).

A questão social pode ser estrutural ou conjuntural, por se expressar em diversos momentos históricos e com várias demandas, porém a contradição capital versus trabalho é a grande questão social expressa pelo capitalismo. Dessa contradição surgem outras demandas da questão social, de acordo com o contexto e espaço onde está inserida.

Na medida que se desenvolve o capitalismo, o Estado começa, pressionado pela reivindicação social a desenvolver Políticas Públicas para atender as demandas da questão social, porém essas Políticas Públicas são contraditórias por precisarem manter o desenvolvimento do capital ao mesmo tempo em que agem a favor dos trabalhadores.

Na atualidade, as expressões da questão social, aparecem de uma outra maneira, pois as novas expressões nem sempre estão ligadas ao fator trabalho, porém são explícitas na sociedade em vários âmbitos: a falta de habitação, precariedade da saúde, concentração de renda, fome, crescimento da pobreza, desemprego, subemprego, educação, crianças,

adolescente, família, direitos políticos, cidadania, abandono, violência e vários outros exemplos que vivenciamos diariamente.

Essas expressões somente se tornam questão social quando são assumidas e reconhecidas pelo Estado, tornando-se públicas e transformando-se em demandas políticas, sendo dever do Estado problematizá-las formulando projetos com profissionais qualificados para amenizar as demandas.

O trabalho está no centro da questão social por manter as relações de produção/reprodução do mundo capitalista, porém à medida que o trabalho se desenvolve com tecnologia, ciência e a reestruturação produtiva e que nem todas as pessoas conseguem se incluir e beneficiar-se deste desenvolvimento, são agravadas as expressões da questão social.

O capital financeiro dita de que maneira o Estado deve se comportar para que não haja revolta ou “explosões” do contexto social. Assim o governo e os grandes empresários mantêm “controladas” algumas demandas da sociedade. Entramos no século XXI com o desmonte da esfera pública – Estado – o qual se retira das responsabilidades de atender as emergências da questão social demandadas pela sociedade, através da diminuição dos recursos e dos investimentos públicos. Esta lógica transfere para a sociedade civil a responsabilidade de amenizar as problemáticas sociais, isso faz crescer as redes de ONGs – Organizações não governamentais, responsabilidade social e a filantropia através do voluntariado que já vem ocupando parte do papel do Estado, desde o começo do século XX.

Entretanto, mesmo com toda ajuda da sociedade essas instituições muitas vezes excluem empregos e profissões do mercado de trabalho já precarizado pela diminuição das garantias trabalhistas, flexibilização e terceirização que segundo Queiroz (1992), indica a existência de uma outra empresa, que com competência, especialidade, qualidade e ainda,



em condições de parceria, venha a prestar serviços a uma empresa contratante. Além de muitos outros agravantes que só fazem aumentar e complicar as problemáticas expressões da questão social.

A necessidade de entendermos a realidade e as expressões da questão social é imensa, pois é ela que constitui a matéria - prima do Serviço Social, o qual tem na questão social sua base de fundamentação enquanto especialização do trabalho.

No Brasil, [...] a questão social é o substrato que dá fundamento ao Serviço Social, enquanto especialização do trabalho humano. Como base de surgimento e desdobramento do Serviço Social a questão social assume duplo sentido: um amplo abrange o conjunto das contradições e conflitos que tenham se originado na constituição e natureza da sociedade, incidem sobre ela, questionando-a e, por vezes, freando o seu processo de mudança. No sentido estrito, correspondendo às manifestações concretas e peculiares daquelas mesmas contradições e conflitos envolvendo pessoas, grupos, populações, organizações etc, em nível local, requerendo reconhecimento e enfrentamento pelos sujeitos sociais. (ARCOVERDE, 1999, p. 75).

Por envolver a banalização do ser humano, a questão social torna-se, na sociedade contemporânea o dia a dia dos mais necessitados e o grande problema para que também os Assistentes Sociais atuem na tentativa de amenizá-la.

Os assistentes sociais, situados num terreno movido por interesses distintos e contraditórios, não escapam aos fios que tecem a vida da sociedade, mas procuram, como profissionais, decifrar as mediações que na atualidade permeiam a questão social desfazendo os seus nós. Ao mesmo tempo, procuram projetar e dar mais visibilidade às formas de resistência e luta por vezes ocultas, mas presentes na realidade. (ARCOVERDE, 1999, p. 79).

Por ter a questão social uma indissociabilidade à sociedade de mercado e ao trabalho, essa condena as lutas sociais, formas de respostas de constituição dos sujeitos coletivos e individuais no enfrentamento da vida social, além de tornar mais complexo o trabalho de profissionais da área social como os Assistentes Sociais.

O Serviço Social trabalha no âmbito das expressões da questão social que derivam

do modo de produção capitalista, mas os Assistentes Sociais não lidam com o mundo da produção e sim com o da reprodução das relações sociais afetado pelas expressões da questão social.

Portanto nem mesmo com todas as manifestações da sociedade civis e profissionais realmente éticos será possível eliminar as demandas problemáticas da questão social dentro do modo de produção social da sociedade capitalista e sua corrida pelo lucro.

A solução para a questão social dentro do capitalismo é apenas amenizá-la de suas expressões. Entretanto para eliminar a questão social é necessário existir uma nova forma de organização da sociedade no âmbito da produção, pois a cada dia a sociedade se depara com uma nova expressão da questão social emergida da contradição entre o mundo do trabalho e a corrida pelo capital que a cada dia diminui a cidadania da população.

### **3.2 Pobreza**

Uma das mais visíveis e trágicas expressões da questão social produzida pela dinâmica capitalista é a pobreza, que em suas diversas faces minimiza o cidadão fazendo com que este, não se pense como tal e seja cada vez mais excluído socialmente. Assim sendo, segundo Sposati (1997, p. 66).

Há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Estes conceitos não são sinônimos: a exclusão estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão-só à capacidade de retenção de bens. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser rico, mas discriminado em razão da cor negra, opção sexual, gênero, idade etc. A exclusão comporta valores culturais, discriminações. Isso não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio.

O atual regime neoliberal que dá ênfase á liberdade sem se importar com as desigualdades faz surgir imensos fossos de pobreza pelo mundo, com conseqüências drásticas para um terço da população mundial.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004), no Brasil são 50 milhões de pessoas excluídas socialmente que sobrevivem em condições extremamente precárias com uma renda inferior a um dólar e meio por dia.

A pobreza não é algo isolado que possa ser resolvido por voluntariado ou assistencialismo, mas sim a ausência de recursos para se ter acesso aos bens produzidos pela sociedade e a não possibilidade de participar das decisões políticas e econômicas, além de ser a pobreza o resultado de uma forma de organização social padronizada pela produção e acumulação capitalista que emancipa a questão social que abrange a pobreza em suas várias direções.

Dentro do atual contexto econômico, político e social brasileiro, o processo de empobrecimento é amplificado pela precária distribuição da riqueza, ou excessiva concentração da renda e baixos salários para os trabalhadores. O desemprego, a precariedade das relações trabalhistas, os desníveis educacionais e o enxugamento dos gastos públicos, só fazem aumentar a exclusão social, ou seja, segundo Sposati (1997. p. 63): “O Estado deve ser mínimo, isto é, deve ser flexível deixando por conta do mercado, da competição privada, como sempre quiseram os liberais, a condução da economia e da sociedade. Quem tem, compra, quem não tem, é excluído [...]”

Estamos diante de um processo econômico injusto, que promove a pobreza ao garantir a supremacia do mercado na promoção dos valores individuais, do consumismo e a crescente idéia de uma “democracia de mercado”, na qual o setor público fica a mercê dos operadores do mercado financeiro e os direitos básicos de cidadania que deveriam

garantir a igualdade social são transferidos para as possibilidades que cada pessoa têm de conseguir consumir.

De acordo com o IBGE (2004), somos o país com um dos piores padrões de distribuição de renda no mundo. No Brasil 1% da população, pouco mais de 1,5 milhões de pessoas, equivalentes a 400 mil famílias, controlam 17% da renda nacional, enquanto 40% da população, ou seja, 64 milhões de pessoas, em torno de 13 milhões de famílias, vivem com 8% da renda nacional. Essas estatísticas reafirmam a imensa desigualdade brasileira e nos faz perceber a real dimensão da pobreza em nosso país.

[...] Resta saber até quando é possível ampliar o contingente dos pobres e excluídos, sem que ele transborde sobre a festa dos mercados financeiros, fibras óticas, redes interativas, engenharia genética, telefonia celular e outras tantas conquistas a que a maioria dos brasileiros e da humanidade tem sido privada de usufruir. (SPOSATI, 1997, p. 64).

Este modelo econômico estimula a destruição da nação brasileira ao dificultar a criação de um novo projeto de desenvolvimento que ameniza esta, que é a maior e pior expressão da questão social brasileira e mundial. Precisamos de uma política que dê possibilidades aos brasileiros de pelo menos serem consumidores da cesta básica, pois nem mesmo o salário mínimo dá conta de garanti-la a uma família.

A face mais trágica do modelo vigente é aquela que naturaliza a pobreza e faz prevalecer à idéia de que as coisas são dessa maneira por destino. Isso incentiva a “cultura da pobreza”, que culpa os pobres por sua situação de miserabilidade, consagrando desta maneira a exclusão social no nosso país.

O mito da “cultura da pobreza”, segundo o qual os pobres não melhoram suas condições de vida porque não querem, desfaz-se, sempre, na dura frieza das evidências empíricas e históricas. Não melhoram porque as oportunidades para fazê-lo são menos acessíveis a eles, pobres, porque não lhes sobra tempo e espaço para acumular, ainda que gratuitamente,

os recursos, necessários para alcançar melhores condições de vida. (ABRANCHES, 1987, p. 16-17).

Sem a ruptura desse modelo de sociedade excludente e sem uma transformação política que nos permita produzir uma real democracia em nosso país não há nenhuma possibilidade de solucionarmos os problemas da pobreza, porém podemos amenizá-la a partir de novas parcerias entre Estado e sociedade civil, que aumentem as preocupações públicas com o combate a pobreza e a inclusão social, ampliando a distribuição da renda, as possibilidades de consumo e a universalidade das políticas sociais básicas, que atualmente não conseguem sequer serem mínima.

A determinação do mínimo necessário à subsistência, subjacente à noção de necessidades básicas, ao cálculo de um salário mínimo ou à demarcação de linhas de pobreza, tem longa tradição na economia política. De fato, desde Adam Smith se estabelece a convicção de que qualquer medida para esse “mínimo” deve ir além das necessidades puramente biológicas, incluindo uma parcela – viável no tempo e no espaço – de “necessidades sociais”, em cuja composição interferem não só elementos materiais, mas também outros, de ordem cultural ou ligados ao costume. (ABRANCHES, 1987, p. 18).

Portanto é necessário o fortalecimento entre o âmbito político, econômico e social para que se discuta a questão da pobreza a partir de alguns importantes mecanismos, como: a retomada do crescimento econômico sustentável, a atual situação subordinada do Brasil na economia mundial, a democratização do Estado, e o fortalecimento de sua atuação para transformar o desenvolvimento social para ampliação dos interesses e necessidades da grande maioria da população.

Diante dessa realidade de país subdesenvolvido as soluções já apontadas parecem estar longe de serem implantadas. A necessidade de investimentos na infra-estrutura nacional é de extrema urgência para melhorar as condições de vida de grande parte da

população brasileira e é necessário que se adote atitude e empenho governamental, além de uma conscientização e mobilização popular. Só assim, iremos amenizar a pobreza e todas as outras expressões da questão social, melhorando a distribuição de renda através do crescimento da camada ativa da população e um maior acesso aos meios de produção diminuindo assim, as diferenças entre as classes sociais.

### **3.3 Cidadania, Educação e Família**

A cidadania que começa a ser discutida a partir do século XVIII, busca com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX e com a globalização do século XX uma democracia social globalitária que respeita os direitos humanos e a própria cidadania, que atualmente está perdendo o seu real sentido.

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do (s) homem (s) no Universo. (COVRE, 1999, p. 11).

A partir do século XVIII a cidadania começa a ser pensada e discutida pelo contexto civil, pois em uma época de transição e com o abalo do sistema feudal começou a ser desfeito todo o sistema de organização da sociedade civil da época. Essa cidadania civil busca o direito de liberdade, de ir e vir, de expressão, de religião etc. Tendo um importante significado para a reorganização social a partir daquele momento, que foi “consagrado” com a Declaração dos Direitos Humanos da Revolução Francesa.

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre

os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Art. 1º Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Art. 7º Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2000, p. 2-3).

No século XIX, com a Revolução Industrial, o início da Revolução Capitalista, onde a sociedade não é mais feudal, e sim começa a se organizar em classes distintas. Essa cidadania que até então era discutida no âmbito civil passa a ser analisada politicamente através do “Status”, que era “concedido” às pessoas.

O status [...] se refere a um aspecto do fenômeno da estratificação numa sociedade [...]. Estratificação, como o nome indica, significa a divisão de uma sociedade em extratos ou camadas, situados uns sobre os outros. Um status, nesse sentido, é uma posição à qual se atribui um conjunto de direitos e deveres, privilégios e obrigações, capacidades ou incapacidades legais que são publicamente reconhecidos e que podem ser definidos e sustentados pela autoridade pública e, em muitos casos, pelos tribunais de justiça. (MARSHALL, 1967, p. 146-148).

Ter “Status” era ter poder, sendo que esse poder lhes concedia também a cidadania. Quanto mais dinheiro, mais poder e “Status”, portanto, mais garantia de cidadania.

A cidadania política iniciada no século XIX concede aos cidadãos o direito de intervir nas decisões do Estado através do voto. Esses votos tinham valores distintos, dependendo do “Status” e do poder de cada cidadão, onde a burguesia tinha maior poder de voto que o proletariado.

Com a globalização instalada e o capitalismo tornando-se mundial, começa-se, no século XX a discussão do âmbito social da cidadania que agora ganha outras vertentes. O “Status” é generalizado e concedido também para aqueles que são desprovidos de bens.

São criados estatutos e constituições melhor elaboradas onde atualmente ser cidadão é ter sua liberdade garantida pela lei.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a [...] Constituição da República Federativa do Brasil. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 1).

A noção de cidadania pode variar dependendo do contexto histórico, social e cultural. No Brasil essa noção aparece de forma contraditória, devido a esse processo histórico cultural essa noção é distorcida, pois a cultura política nos faz acreditar que o voto é a única forma de exercício da cidadania. Essa característica nos faz esquecer que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. (COVRE, 1999, p. 10).

A cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. (CHAUÍ, 1984, citado por VIEIRA, 2000, p. 40).

No Brasil, a noção de indivíduo ou cidadão é criada como algo que se opõe ao que é delimitado pela lei para totalidade. Já nos Estados Unidos, por exemplo, considerado país de primeiro mundo, essa noção é vista como algo positivo, que busca a totalidade para emancipação dos cidadãos dentro de comunidades, para que haja uma igual cidadania para todos.



Portanto, para ser cidadão no Brasil é preciso estar vinculado a entidades políticas. Ter cidadania no Brasil não é ter garantido seus direitos, mas sim estar sujeito à lei, pois o cidadão que quer “fazer valer a lei” é considerado “um criador de caso”, por isso deve-se sempre “arrumar um jeitinho” de resolver os problemas, sendo através de um conhecido, parente, amigo, ou relações com instituições.

A cidadania brasileira não é garantida pelo fato de a pessoa ter direitos como indivíduo – cidadão – mas sim, pelo fato de as pessoas terem relações e conhecimentos que facilitam seus negócios. Essa contradição se dá entre a noção de cidadão e indivíduo. Para um indivíduo se transformar em “cidadão” é preciso que ele tenha boas relações com pessoas melhores posicionadas socialmente.

Contudo, o neoliberalismo faz com que a cidadania seja desmontada pela lógica do trabalho, que exclui as pessoas do mercado, deixando-as destituídas dos meios para uma sobrevivência mínima.

É preciso que a sociedade civil cobre sua cidadania e lute para que ela não continue sendo somente uma palavra e passe a ser realmente garantida como um direito, pelos simples fato de sermos pessoas e estarmos integradas jurídica e constitucionalmente ao Estado democrático.

Um Estado democrático é aquele que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os diversos interesses e necessidades particulares existentes na sociedade, como procura instituí-los em direitos universais reconhecidos formalmente. [...]. Uma sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, e está sempre aberta à ampliação dos direitos existentes e à criação de novos direitos. (CHAUÍ, 1995, citado por VIEIRA, 2000, p. 40).

Uma plena e igualitária cidadania só será alcançada se a sociedade se manifestar à medida que cada pessoa torne-se um “ator social” e exerça sua cidadania de forma ativa, elegendo, fiscalizando e controlando a esfera pública, suas políticas sociais, seus orçamentos, além de cobrarem o orçamento participativo e estarem sempre atento ao que

ocorre nos poderes executivo, legislativo e judiciário, pois tudo que for mudado ou decidido por esses âmbitos da sociedade repercutirá na vida de cada cidadão.

A noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado; portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado, que vai molda-lo aos seus interesses. (DALLARI, 1984, p. 61).

Uma forma utilizada pelo Estado para “moldar” o cidadão é através da educação, pois esta, se encontra atualmente na legislação de ensino. “O Estado define a formação do cidadão como um dos fins da educação, atribuindo às instituições de ensino, [...] o dever de dotar os jovens de condições básicas para o exercício consciente da cidadania”. (FERREIRA, 1993, p. 22).

Conforme Ferreira (1993), a escola é o local para que a criança e o jovem possam adquirir conhecimentos, e não se deixar enganar, pois o conhecimento intelectual é um suporte para a cidadania ativa quando adulto, ou seja, é a base principal para se transformar a consciência ingênua em consciência crítica.

No Brasil a realidade apresentada e o contexto sócio econômico em que se encontram a maioria das famílias, muitas vezes, habituada com a carência econômica, o que, contribui para a defasagem escolar de milhares de crianças e jovem, que para garantirem a sobrevivência, acabam abandonando a escola tendo que trabalhar para contribuir com a renda familiar.

O atual contexto nos faz perceber cada vez mais, a importância de manter as crianças na escola, assim como encontramos em Marshall (1967, p. 73).

A escola das crianças está diretamente relacionada com a cidadania [...]. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança freqüentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado.

O montante de excluídos da escola em nossa realidade ainda é muito alto. Ainda vivemos a chamada pobreza em educação onde, até mesmo a educação de caráter público é manipulada e seletista, o que influi diretamente sobre o nível de alfabetização, nas taxas de matrícula escolar e nos anos concluídos de escolarização.

Os dispositivos legais brasileiros que garantem a educação a todos os cidadãos e protegem seus direitos são muitos podemos citar por exemplo, a Constituição Federal de 1988. Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esta também preconiza o ensino gratuito, através das escolas públicas, sendo que este ensino deve obedecer aos princípios básicos conforme determina o Art. 206:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

No Art. 208, encontramos as formas como o Estado efetiva a garantia da educação, através de atendimentos específicos.

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo<sup>2</sup>.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Embora a educação e o acesso à escola sejam direitos de todos e dever do Estado, sabe-se que a evasão escolar é notória no Brasil, e que muitas crianças e adolescentes fazem parte dessa parcela de pessoas excluídas da escola. Mesmo depois do ECA, essa situação ainda permeia a realidade dessa parcela da população que deveria ter a maior parte de seu tempo ocupada com o processo de aprendizado na escola.

O ECA preconiza o direito à educação em vários de seus artigos:

Art 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...].

Parágrafo Único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas

<sup>2</sup> Direito público é o destinado a disciplinar os interesses gerais da coletividade, o que trata de relações e situações jurídicas em que o interesse público predomina. Diz respeito à comunidade, estruturando-lhe organização, serviços, tutela dos direitos individuais e repressão dos delitos.

Direito subjetivo indica a possibilidade ou a faculdade individual que cada um tem de agir dentro das regras da lei e de invocar a sua proteção e aplicação na defesa de seus legítimos interesses. (SARTOR, 2004, p. 03).

educacionais.

Art 55° - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art 56° - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotado os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Art 57° - O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, serração, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art 58° - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Art 59° - Os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Surgem com a intenção de organizar toda a educação do país, para que esta aconteça de maneira igualitária em todos as instituições escolares do território nacional, pois esta lei traz novas configurações para a educação enquanto política pública social:

Art. 1°. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2°. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3°. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas escolares.

Partindo do que foi exposto, percebe-se que aos dispositivos legais que garantem o direito e as diretrizes para o acesso de todos os indivíduos à educação são muitos, porém nem mesmo com tantas leis o direito ao acesso e permanência na escola é de fato garantido a todos os cidadãos brasileiros.

É em função da garantia desses direitos que se precisa exigir determinação, compromisso e competência política dos governantes e a participação da sociedade civil, para que sejam garantidas parcerias que torne possível um ensino público de qualidade. “[...] não é possível a escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos, educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos”. (FREIRE, 2004, p. 63).

A escola por ser um espaço de cidadania e conscientização dos cidadãos em relação às contradições e desigualdades encontradas na sociedade, necessita que todos contribuam na luta para que esta se torne cada dia melhor, pois “[...] a educação não serve apenas à sociedade, ou à pessoa na sociedade, mas à mudança social e à formação conseqüente de sujeitos e agentes na/da mudança social [...]”. (BRANDÃO, 2001, p. 78).

Todavia, embora muitos não permaneçam na escola durante o tempo necessário para um devido aprendizado, temos os que conseguem usufruir deste direito. Portanto ao pensarmos que um indivíduo deve ir para a escola, temos também que pensar o que esse faz quando está nela e de que maneira esta contribui para que este indivíduo se desenvolva em seus diversos aspectos como cidadão. Pois, como explica Moraes (1989, p. 91): “A educação que tivemos e temos se mostra uma conseqüência imediata das situações políticas e econômicas que tivemos e temos. Quando a sustentação infra-estrutural é vacilante, toda a superestrutura se faz precária e pouco sólida”.

É pensando na qualidade de ensino proporcionado pelas diversas instituições escolares, que mais uma vez, podemos citar o Serviço Social, como profissão que no âmbito escolar vem também a prestar benefícios para um melhor atendimento e serviço prestados aos educandos, educadores e toda a comunidade que cercam e necessitam desta instituição.

[...] compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do *conceito de educação*, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade. CFESS, 2001, p. 08, grifos do autor).

É partindo desse pressuposto que o Serviço Social se destaca como uma importante profissão, que vêm a contribuir com a qualidade na educação prestada pelas escolas públicas e, além disso, ter o papel fundamental de intervir em prol da construção de garantia dos direitos que permitam as condições mínimas de sobrevivência, aprendizagem e permanência na escola da grande massa socialmente excluída.

Conforme o exposto, reiteramos a importância de pautar essa construção a partir dos princípios de nosso Projeto Ético Político Profissional, pois a inserção e a permanência na escola de um grande contingente da população brasileira que ainda flutua entre uma precária inclusão e

exclusão, constitui-se em um compromisso assumido também pelos profissionais de Serviço Social. (CFESS, 2001, p. 08).

Portanto é de suma importância a participação ativa dos profissionais de Serviço Social na área da educação, pois este pode ter uma contribuição efetiva na luta pela garantia do grande contingente de legislações que permeiam o direito à educação. Além de serem profissionais qualificados para intervirem nos diversos problemas enfrentados pelos educandos e suas famílias. Assim sendo:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco etc. (CFESS, 2001, p. 12).

Sendo a escola um espaço muito importante na vida e nas relações sociais, pode-se dizer que também é nela que essas relações sociais se desenvolvem, pois é nela e/ou através da vivência escolar que a criança e o jovem formalizam seu conhecimento, através de um conjunto de disciplinas que lhes orientam como viver na sociedade em que estão inseridos, sua forma de organização, seus determinantes e seus direitos e deveres.

Segundo Ferreira (1993), a convivência social se desenvolve com determinantes econômicos, políticos, históricos e culturais. Todos esses determinantes precisam ser considerados quando enfocamos a formação do cidadão, pois este, precisa aprender a “arte de viver” em sociedade.

Sendo assim, ao tratar de educação, é preciso considerar as variadas formas de viver da população, seus costumes, sua cultura, sua maneira de acesso à satisfação de suas



necessidades e além disso, como estas pessoas vêm as contradições postas pela sociedade em que estão inseridas, e como superam as diversas, e muitas vezes perversas desigualdades sociais que enfrentam.

Ao chegar na escola as pessoas já adquiriram conhecimentos através da convivência familiar, que da mesma maneira como a escola, também é institucionalizada e fundada no processo de socialização e determinante das especificidades da classe social de onde provêm os indivíduos.

O trabalho com famílias no Serviço Social é característico e histórico, pois esta categoria profissional têm em sua origem o atendimento à família. Percebe-se que nos últimos anos o trabalho com família vem se destacando como uma questão importante e preocupante para diversas categorias profissionais, assim como para o Serviço Social.

A família por estar inserida na estrutura sócio, histórica e econômica de cada época, vem sofrendo alterações no decorrer do tempo. Essas alterações influenciam na maneira de sua composição, estrutura, ideologia e modo como se articula com outras famílias e com a sociedade.

A instituição familiar vem de acordo com o tempo assumindo determinadas especificidades que caracterizam sua cultura, história, economia. De acordo com Engels (2002), o termo família já foi utilizado para designar as mais diversas formas de organização social.

[...] o termo “família”, é derivado de *famulus* (escravo doméstico) e foi uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e a escravidão legal. Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha em seu poder a mulher, os filhos, e um certo número de escravos, com poder de vida e morte sobre todos eles, o “paterpotestas”. (ENGELS, 2002, p. 142, grifo do autor).

Engels (2002) ainda afirma que muito antes de ser formado o conceito de família,

essa instituição já existia, porém com diversas estruturas e formas, de acordo com a época. Aqui podemos destacar as chamadas “famílias primitivas” que segundo Engels (2002) podem ser divididas em três tipos: a “família consangüínea”, a qual o autor chama de “a primeira etapa da família”, tinha seus casais formados por primos e primas e até mesmo por irmãos e irmãs. Esse tipo de família desapareceu devido a sua própria característica consangüínea. “Exemplo típico de tal família seriam descendentes de um casal, em cada uma das cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulher uns dos outros”. (ENGELS, 2002, p. 39).

A segunda família do tipo primitiva encontrada em Engels (2002), é a “família punaluaana”, a qual, é mais evoluída do que a “família consangüínea”, pois nesta, o casamento entre irmão e entre primos já não era característica principal. “Se o primeiro progresso na organização da família consistiu em excluir os pais e filhos das relações sexuais recíprocas, o segundo foi a exclusão dos irmãos”. (ENGELS, 2002, p. 39).

O último tipo de família primitiva trazida pelo autor é a chamada “família sindiásmica” nesta, o homem tinha uma mulher principal e várias outras, esta também tinha um homem principal e vários outros. Uma das características trazidas por este tipo de família é a proibição do casamento entre parentes. A partir desta proibição a “família sindiásmica” entra em um outro estágio de evolução.

Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser direito do homem, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres. (ENGELS, 2002, p. 49).

Percebeu-se que a instituição familiar está evoluindo desde os primórdios da história humana e que sempre foi alvo de estudos e avaliações. Através do estudo de Engels é notória a diversa evolução da “família primitiva”, sendo esta a base para os vários

tipos de famílias modernas conseqüentes como, por exemplo, a família medieval, aristocrata, camponesa, proletária e a burguesa.

Segundo Áries (1981), a família medieval compreendia, além dos membros que viviam junto, várias pessoas, assim como outros casais. Havia também as famílias em que os pais agrupavam em torno de si os filhos que não tinha bens próprios, os sobrinhos e os primos. A medieval era constituída por diversos membros, mesmo aqueles que não mantinham relação consangüínea.

A família aristocrata dos séculos XVI e XVII tem características monárquicas através do controle sobre a terra, seu maior patrimônio que deveria ser preservado. Este modelo de família era marcado pela hierarquia autoritária do monarca que comandava toda a residência, o castelo. Este abrigava toda a família, seus parentes, dependentes, criados e clientes.

A função do homem era ir para guerra enquanto a mulher responsável pela organização da vida no castelo. Esta não criava os filhos, pois estes eram entregues as amas de leite, logo após o nascimento e tinha sua educação feita por vários habitantes do castelo, na forma de valorizar a linha da família e a hierarquia existente.

A habitação desta família não favorecia nenhuma forma de privacidade, pois os cômodos do castelo eram abertos e sem corredores. Devido a esta característica, a sexualidade aristocrata obedecia a padrões próprios. O sexo não era considerado ato profano e os cuidados com a higiene eram mínimos. “O corpo não era vivido como objeto de ambivalência sexual. [...], a família aristocrata não atribuía valor algum à privacidade, domesticidade, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos”. (REIS, 2001, p. 107).

A família camponesa era numerosa como a aristocrata, mas, esta tinha junto a aldeia sua dependência, pois esta ditava as regras e os costumes para os namoros, casamentos, enterros etc, e todos aconteciam na aldeia e não somente entre os membros da família nuclear.

As crianças eram criadas e educadas por toda a aldeia e não somente pelos pais, porém neste modelo de família, tínhamos a amamentação materna esta, era feita sem envolvimento emocional entre a mãe e o filho. “[...] apesar de viver em pequenas unidades nucleares, a família camponesa, tendo sua vida voltada para fora de si, também desconhecia e não valorizava a domesticidade e a privacidade”. (REIS, 2001, p. 108).

A família proletária marca a transição da legítima família camponesa para a família urbana burguesa. Surge no início do século XIX, com a industrialização por isso, todos os membros da família, incluindo as crianças, trabalhavam em enormes jornadas de trabalho impostas pelas fábricas capitalista. A criação das crianças ainda cumpria algumas características camponesas, pois estas, muitas vezes, eram criadas por parentes, vizinhos ou soltas pela rua.

A transição da família proletária para a família burguesa passa pela família operária, que continua sendo proletária mas, agora há uma diferenciação entre o papel do homem e da mulher no âmbito familiar. A mulher passa a ficar mais em casa e cuidar dos filhos enquanto o homem trabalha.

Já no século XX a família operária se desliga da rede comunitária, ficando a mulher isolada em casa enquanto o marido trabalha, mas este começa a valorizar a privacidade e a domesticidade e a se preocupar com a educação dos filhos.

Um século depois de seu nascimento a família proletária quase não se distinguia mais da família burguesa, em termos de padrões emocionais que caracterizam as suas relações internas. Isso significa que houve um

aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne à vida familiar. (REIS, 2001, p. 109).

A família burguesa nascida na Europa no século XVIII traz novos padrões de relações familiares.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. (ARIÉS, 1981, p. 265).

A principal mudança trazida pela família burguesa foi a separação entre a vida privada e a vida pública, ou seja, entre as relações de trabalho e as familiares.

O ideal burguês traz o homem como provedor da casa e como consequência à autoridade que comanda a vida da mulher e dos filhos. Esta mulher agora dependente do homem passa a ser responsável pelos cuidados com a vida doméstica, com a educação e criação dos filhos, além de obedecer ao marido. A educação do filho deveria ser de tal maneira que este passe a ser um homem autônomo com capacidade para os negócios. Este filho era amamentado pela mãe e dela recebia atenção e cuidados constantes, principalmente os referidos aos cuidados com o corpo e com a higiene.

Uma das principais características da família burguesa era o machismo que transformava a mulher em um ser sem vontades e que servia apenas para obedecer a seu marido e procriar a reprodução. A mulher era considerada “[...] essencialmente inferior ao homem, seja qual for a sua idade”. (BADINTER, 1985, p. 32). Esta mulher servia para o casamento, que era monogâmico e acontecia desta maneira, pois a mulher deveria ser somente do marido mas este, poderia buscar outras mulheres na rua para satisfazer seus desejos íntimos. “A família era o recanto do afeto, mas não prazer sexual”. (REIS, 2001, p. 111).

Com o isolamento da família burguesa a criança passa a ser totalmente dependente dos pais, pois era com estes que vivia até ter contato com outras pessoas, contato este, que na maioria dos casos só acontecia com a ida da criança para a escola.

Assim, a família gerou o burguês “autônomo”, um cidadão moderno que não necessitava de sanções ou apoios externos, mas estava automotivado para enfrentar o mundo competitivo, tomar decisões independentes e bater-se pela aquisição do capital. Assim, a família burguesa, definindo-se pelo isolamento, privilegiando a privacidade, a domesticidade e supervalorizando suas relações emocionais internas, ao formar o cidadão autodisciplinado estava servindo para promover os interesses da nova classe dominante [...]. (REIS, 2001, p. 113).

Como percebe-se a instituição familiar, sofreu durante a história da humanidade, diversas transformações. E ainda hoje, vivenciamos características dos diversos modelos de famílias já citados. Portanto, o modelo de família que agora o é conseqüente de toda uma história de transformações e mudanças aparece e manifesta-se no contexto atual de várias maneiras.

É necessário considerar que, apesar das mudanças ocorridas nas relações sociais, econômicas, políticas, a família ainda mantém determinadas características nas suas relações. “[...] a família, no entanto é [...] determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar [...] dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência”. (PRADO, 1985, p. 13-14). É nesse espaço que a criança cria sua referência, desenvolve sua personalidade e aprende como é a vida em sociedade e a vivência em grupo.

Considerando-se as mudanças que afetam a família em aspectos culturais, sociais e econômicos causadas pela sociedade capitalista, é possível dizer que as relações familiares vêm sofrendo um enfraquecimento devido a situação socioeconômica, as separações, mulheres chefiando sozinhas a família, o desemprego, as drogas e vários

outros fatores que fazem com que cada membro esteja cada vez mais ocupado com suas próprias atividades para garantir a sobrevivência e deixe de se preocupar com a importância da relação familiar sadia.

A situação em que vivem a maioria das famílias brasileiras é de extrema pobreza e de exclusão social, isto ocorre, devido às desigualdades do atual contexto social capitalista e também a não funcionalidade das Políticas Públicas de atendimento a esta instituição. Em consequência, as famílias passam a não desenvolverem condições de desempenhar a sua tarefa básica de proteção e a não proporcionar o desenvolvimento de seus membros. Portanto, a cada dia, aumentam as dificuldades para que estas famílias encontrem a solução para seus problemas.

[...] é importante pontuar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos. Sem dúvida nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos) que são fontes geradoras de estresse familiar. (MIOTO, 1997, p. 121).

A família é um sistema criado pelo homem, é a menor célula social, formada por seres dinâmicos que se modificam e são capazes de superar conflitos. É na família que se tem iniciada a formação de cada indivíduo. É esta instituição que direciona a educação da criança e dos seus demais componentes. Devido a isto é preciso que ela tenha um mínimo de equilíbrio, de condições físicas, psicológicas e econômicas para poder oferecer as condições básicas de desenvolvimento e de crescimento para cada membro.

Diante do exposto fica evidente que na atual realidade socioeconômica brasileira as famílias não estão conseguindo cumprir o papel de prover a satisfação das necessidades de seus membros. Portanto, diante das contínuas modificações pela qual passa a sociedade,

a família também se modifica e fica cada vez mais necessitada da ajuda de uma rede de proteção que têm no profissional de Serviço Social, o mediador entre o usuário e a garantia de seus direitos.

A realidade das famílias atendidas no CEC Costeira não foge da realidade da maioria das famílias brasileiras já demonstrada. Cabe ao Serviço Social mediar a conscientização destas famílias para que possam afirmar sua autonomia e exercitar o poder de decisão sobre suas próprias vidas.

A continuidade da reflexão sobre a realidade atualmente vivida pelas famílias será realizada no capítulo a seguir, onde faremos a apresentação e análise da pesquisa feita com as famílias atendidas pelo CEC Costeira.



## **CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

“Quando uma criança fracassa toda a sociedade está fracassando. Quando uma jovem não pode deixar a prostituição, por pobreza ou preconceito, todos estamos perdidos”.

Cenice Monte Vicente

#### **4.1 Considerações sobre a Pesquisa**

A referida pesquisa realizada com as famílias atendidas pelo CEC Costeira teve como objetivos, destacar a importância do CEC Costeira para atender e prestar assistência, como instrumento para o alcance da cidadania através da educação, e nesse sentido, ressaltar a importância da família; identificar os benefícios e a importância do CEC para as famílias atendidas e identificar a concepção e a importância da instituição familiar para os entrevistados.

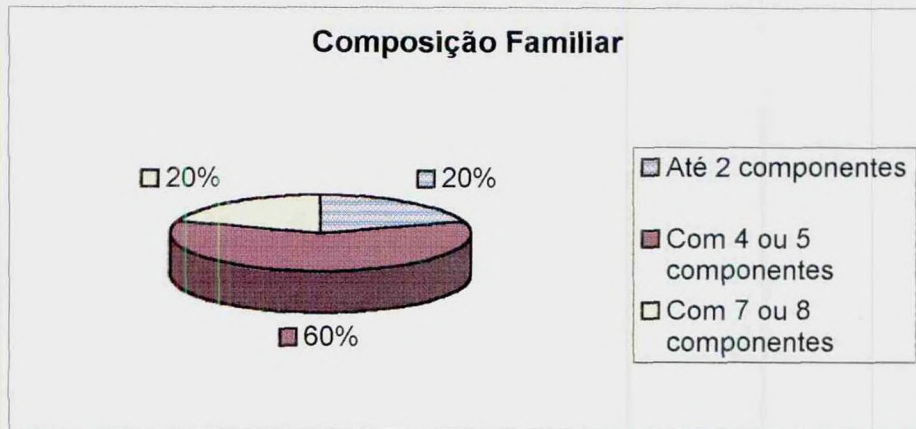
Para tornar possível a realização da mesma, foi utilizada a metodologia já especificada no capítulo I e além dessa, foi necessário delimitar a quantidade de famílias entrevistadas. Esta quantidade foi estipulada tomando como base a quantidade total de cinquenta famílias atendidas no momento de elaboração da pesquisa. Portanto, foi entrevistado um contingente de dez famílias, que sendo assim, somam 20% do universo total das famílias com possibilidade de participação na pesquisa.

A delimitação dessas dez famílias aconteceu de forma espontânea, pois cada uma se ofereceu para responder o questionário norteador da pesquisa. Sendo assim, não foi utilizado nenhum tipo específico de amostragem, pois após serem convidadas a participarem da pesquisa, as famílias que decidiram participar o fizeram por sua própria vontade. Para tanto, foram entrevistadas as primeiras dez famílias que compareceram ao CEC nos dias e horários delimitados para a realização das entrevistas.

#### **4.2 Composição Familiar**

As famílias entrevistadas são atendidas pelo CEC Costeira e todas residem no bairro da Costeira do Pirajubaé onde trabalham, frequentam as escolas e utilizam o comércio e os equipamentos coletivos do bairro.

Iniciaremos a apresentação da pesquisa, demonstrando a composição familiar das famílias atendidas pelo CEC Costeira. Da totalidade (50 famílias), foram entrevistadas 10 famílias somatizando 20% das famílias atendidas no momento da pesquisa. Para a composição dos gráficos a seguir utilizou-se o índice alcançado de 20% do total<sup>3</sup>.



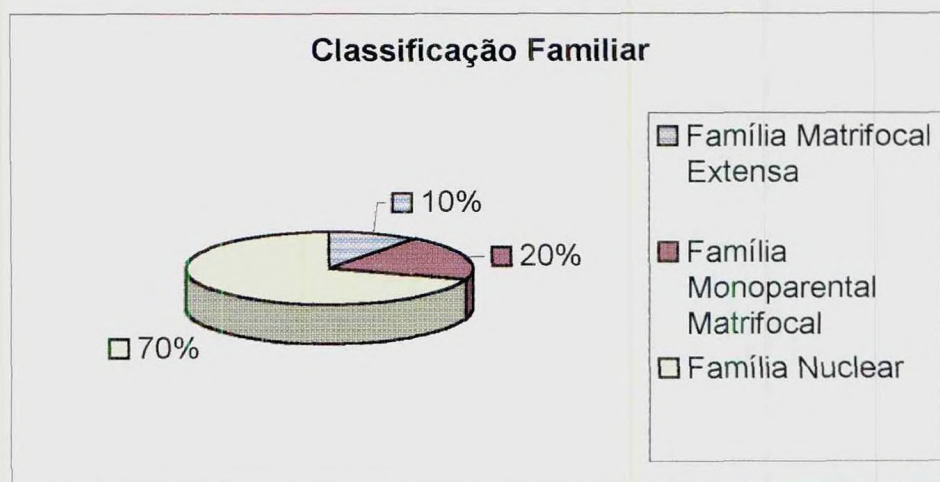
Através das entrevistas foi possível perceber que a composição familiar das famílias atendidas pelo CEC Costeira é demonstrada a partir de: duas famílias (20%), apresentam em seu quadro familiar dois componentes; seis famílias (60%), apresentam em seu quadro familiar quatro ou cinco componentes e duas famílias (20%), apresentam em seu quadro familiar sete ou oito componentes.

Percebe-se que as famílias atendidas pelo projeto não são muito numerosas, tendo em sua maioria, a composição familiar formada de até cinco pessoas. A partir da composição familiar constatou-se outro dado relevante referente ao tipo de classificação dessas famílias.

Sabe-se que a família atual ou moderna destaca-se por ter constituído variadas formas de composição familiar. Esse fato é notório também na pesquisa com as famílias atendidas pelo CEC Costeira, porém mesmo com tantas mudanças ocorridas na estrutura e

<sup>3</sup> A composição, a classificação familiar e o número de filhos por família foram dados organizados a partir das fichas de matrícula das crianças e adolescentes que freqüentam o CEC Costeira.

composição familiar durante os séculos, nota-se que a família nuclear ainda é maioria na realidade atendida pelo CEC Costeira, como demonstra o gráfico a seguir:

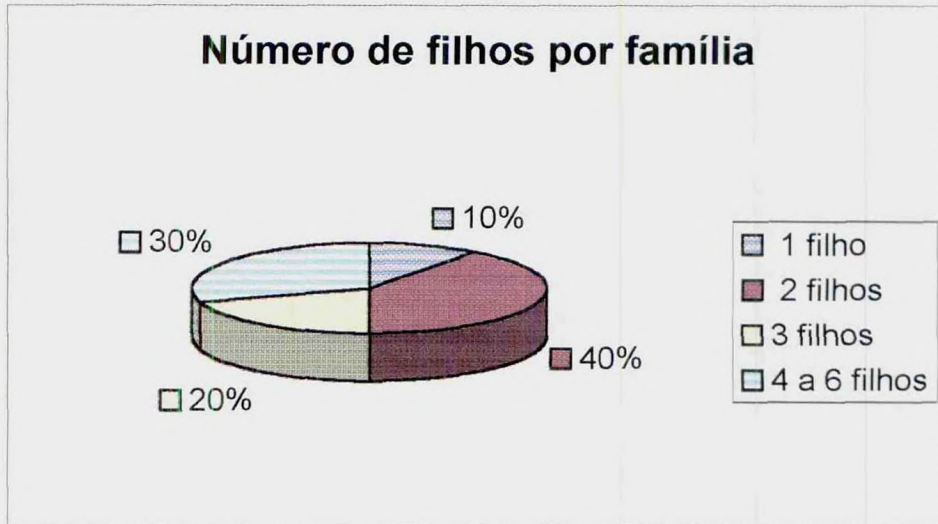


Percebe-se que a maioria das famílias em atendimento no CEC Costeira são caracterizadas pela sua formação nuclear, ou seja, sete famílias (70%), são famílias formadas por pai, mãe e filhos; 2 famílias (20%), são monoparental matrifocal e uma família (10%) são matrifocal extensa.

Através da pesquisa, nota-se que a composição familiar das famílias atendidas pelo CEC Costeira são dos tipos: nuclear, que segundo Prado (1985, p. 07), “significa pessoas aparentadas que vivem [...] na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos”; monoparental matrifocal, ou seja, famílias chefiadas por mulheres ou conforme Vitale (2002, p. 46), “[...] lares monoparentais são aqueles em que vivem um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos”. No caso das famílias entrevistadas, este progenitor é sempre a mãe e por último, o tipo matrifocal extensa, este caso detectado através da pesquisa refere-se a uma família chefiada por mulher que detém a característica extensa por agregar a avó materna na composição familiar. Devido a esta característica essa família é considerada extensa, pois incluem em sua composição três gerações.

A pesquisa demonstra que a maior quantidade de famílias ainda têm característica nuclear, porém o fato relevante é a quantidade de filhos, pois mesmo mantendo a tradição

de família nuclear, essas não mantêm a característica de grande número de filhos como na família nuclear mais tradicional de alguns anos atrás, como demonstra o gráfico a seguir:



A característica nuclear ainda é muito presente na composição das famílias atendidas pelo CEC Costeira, porém percebe-se que uma família (10%), tem apenas um filho; duas famílias (20%), têm três filhos; três famílias (30%), têm de quatro a seis filhos e quatro famílias (40%), têm dois filhos.

Segundo Ribeiro (et al, 2004), a quantidade de filhos está relacionada com a queda da fecundidade que vêm se acentuando nas últimas décadas, o que faz as famílias diminuírem o número de filhos.

Outra contribuição trazida pelo autor para explicar a diminuição do número de filhos está, diretamente ligada à situação socioeconômica apresentada pelas famílias, que nas últimas décadas vêm sofrendo alterações e ficando cada vez mais empobrecidas.

Sendo assim, como afirma Gueiros (2002, p. 110):

[...] as famílias de camadas médias e as de camadas baixas tendem a se organizar preconizando diferentes “modelos” de famílias. O “modelo” patriarcal continuaria como principal referência para as famílias das camadas sociais baixas (Sarti, 1996), e o “modelo” conjugal seria a forma idealizada pelas famílias de camadas sociais médias e altas.

Os gráficos demonstram que para falar de família hoje, como afirma Mioto (1997,

p. 120), é preciso pensar não mais em “família, mas sim em famílias”, como não tendo mais a característica de ser composta, formada e estruturada por uma só regra e guiada pela tradicional visão do que é ser família, portanto:

[...] não é possível falar de *família*, mas sim de *famílias*. O uso do plural se faz no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira. (MIOTO, 1997, p. 120, grifos da autora).

Para tanto pode-se utilizar de um conceito de família trazido por Szymanski (2002, p. 09), onde “compreende-se como família, uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos”.

A consideração da autora sobre o que é família remete-nos a pensar o quanto a instituição familiar está em constante transformação. Essas transformações estão diretamente ligadas à relação familiar entre seus próprios membros, assim como, em relações destes com a comunidade e a sociedade em que a família está inserida, pois esta depende dessas relações para se manter e se guiar como instituição familiar.

Portanto, percebe-se através da pesquisa que a noção tradicional de família, ou seja, a família do tipo nuclear ainda continua sendo a mais utilizada na composição das famílias atendidas pelo CEC Costeira.

### **4.3 A Importância do CEC para as Famílias**

O ponto central trazido pela pesquisa é ressaltar a importância do CEC Costeira para as famílias atendidas. Portanto, para demonstrar essa importância iremos ressaltar as respostas dos entrevistados, pois é notória a grande importância das Políticas Públicas e dos programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente carente e em situação

de risco pessoal e social.

Para a maioria das famílias entrevistadas, a importância do CEC Costeira é a garantia de que seus filhos no período em que não estão na escola são atendidos pelo projeto e portanto, não estão perambulando pelas ruas. Como percebe-se nas respostas dos entrevistados a seguir<sup>4</sup>:

*A maior importância é porque as crianças não estão andando pela rua, fazendo coisas que não devem e se juntando com mau elemento;*

*Foi muito bom, pelo menos as crianças não ficam na rua aprendendo coisas que não vale a pena;*

*É muito importante porque meu filho não está pelas ruas aprendendo o que não deve e porque para ele é importante a convivência com outras crianças;*

*É ótimo, um a caminho andado na vida, pois os filhos não ficam na rua.*

A questão da rua<sup>5</sup> é evidenciada nas respostas, pois a preocupação para que as crianças e adolescentes não andem nas ruas é rotineira no cotidiano das famílias do bairro da Costeira do Pirajubaé, isto ocorre devido às próprias características do bairro que não apresenta área de lazer e que têm a maioria de sua população aglomerada nos morros, morando em casas precárias sem espaço e sem quintal para que as crianças possam brincar.

Como a residência não apresenta um espaço adequado para o entretenimento das crianças e adolescentes muitos reconhecem e utilizam a rua como local onde podem brincar e manter a relação com a comunidade. Para evitar que o vínculo com a rua se estabeleça as famílias encontram no CEC um espaço adequado de convivência sócio-educativo que contribui na educação e no afastamento dessas crianças e adolescentes da rua.

<sup>4</sup> Utiliza-se para destacar as falas dos entrevistados o recurso itálico para as letras.

<sup>5</sup> É de suma importância ressaltar que este aspecto merece um estudo aprofundado sobre o significado da rua para as famílias empobrecidas, assim como para o Serviço Social, tendo em vista o contexto social do país.

As famílias e a sociedade têm, no mínimo, três grandes problemas a enfrentar: a rua; a institucionalização e a violência. A rua afasta crianças e jovens de suas famílias e comunidades, oferecendo de modo sistemático o ingresso ao crime e à droga. Estes caminhos levam à violência, à privação de liberdade e, muitas vezes, à morte. A organização de programas e serviços destinados a atender e dar retaguarda às famílias durante todo o ciclo de vida – desde a concepção até a velhice – pode evitar os três problemas citados. (VICENTE, 2004, p. 55).

Outra importância ressaltada pela pesquisa é que as famílias encontram no CEC um lugar que as auxilia na educação dos filhos e colabora para despertar nas crianças e adolescentes o companheirismo, a responsabilidade e a relação com outra pessoa, seja ela uma outra criança ou um adulto e, além disso, por ser a criança uma pessoa em formação, o projeto é um fator importante na vida dessa, à medida que este auxilia na formação de sua personalidade. Como demonstram as respostas a seguir:

*É importante porque as crianças aprendem várias coisas novas e desenvolve mais a maturidade do aluno;*

*É muito importante porque meu filho não está pelas ruas aprendendo o que não deve e porque para ele é importante a convivência com outras crianças;*

*Atendem as crianças muito bem. Depois que meu filho entrou no projeto está mais esperto, inteligente. O atendimento é muito bom. Quando a mãe trabalha o filho tem onde ficar;*

*Para mim ajuda na educação dela, já que eu a crio sozinha e faz com que ela aprenda a ter responsabilidade, companheirismo e saiba se relacionar com as pessoas;*

*O projeto ajudou meu filho a ficar mais calmo. A vaga foi conseguida na hora certa.*

As respostas demonstram que no CEC Costeira está sendo possível alcançar o objetivo do Projeto Centro de Educação Complementar, de construção da cidadania através da intervenção na realidade social do educando, a partir do trabalho sócio-pedagógico utilizado nas oficinas executadas pelas crianças e adolescentes, pois nestas são realizadas



atividades educativas que servem como forma de melhorar e ampliar a educação e a convivência interpessoal.

Portanto, percebe-se através da pesquisa que é também visível para as famílias a importância da educação como forma de ampliar a cidadania e conseqüentemente a possibilidade de uma vida melhor, perto da família e longe da rua.

O Projeto também contribui para que as crianças e adolescentes se mantenham na escola, pois a importância dessa, é enfatizada na rotina do projeto, bem como nas reuniões e conversas com os pais. Contudo, para que seus filhos possam freqüentar o projeto é necessário que estejam regularmente matriculados na educação formal, ou seja, na escola.

Outra preocupação dos entrevistados refere-se à busca por emprego, pois a maioria das famílias atendida pelo CEC Costeira vive sem emprego fixo. Devido a isto, as respostas nos trazem a questão da importância do projeto, como forma de as crianças e adolescentes terem um espaço onde recebem alimentação adequada, já que a maioria delas é carente e suas famílias não dão conta de suprir integralmente a necessidade básica de alimentação para o desenvolvimento de seus filhos. Esse fator é demonstrado nas respostas a seguir:

*Local seguro com bons profissionais. Ter um lugar para deixar as meninas se arrumar emprego;*

*Porque ganham cesta básica e os filhos têm um lugar para comer um pouco mais.*

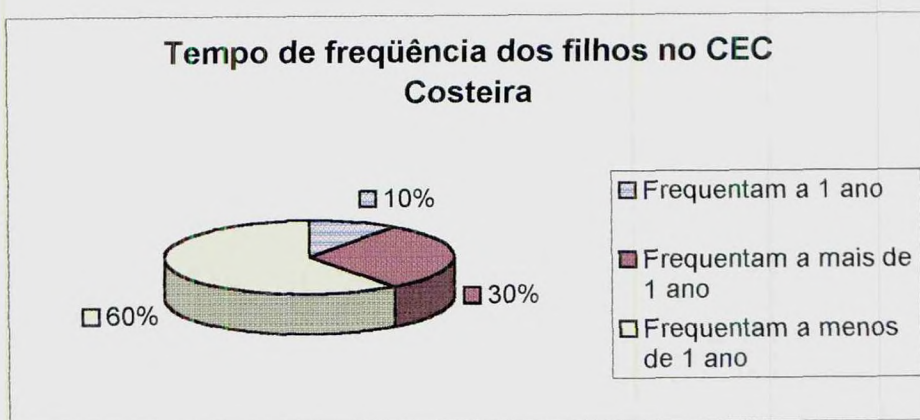
Como percebe-se, a preocupação para encontrar emprego é constante no cotidiano das famílias, pois as dificuldades são muitas e a maioria dos pais não têm um bom grau de escolaridade, por causa disso, vivem de serviço autônomo, o que não garante a estas famílias uma estabilidade econômica que proporcione a segurança de uma vida minimamente adequada. Muitas delas buscam o CEC como forma de garantir a alimentação dos filhos no momento em que a situação torna-se crítica e a família não tem

como se alimentar.

A crise na família, geralmente relacionada à falta de emprego e alimentação é um dos principais fatores que faz com que as crianças e adolescentes sejam matriculados no CEC. O tempo que esses permanecem no projeto é muito oscilante, porque algumas famílias, quando o pai ou a mãe consegue emprego e assim tem condições de manter a alimentação dos filhos retiram os mesmos do projeto.

Sendo a maioria das famílias oriundas de cidades longe de Florianópolis, outro fator que faz a maioria das crianças e adolescentes serem retirados do projeto é o retorno da família à cidade de origem, a garantia de emprego em outros lugares ou ainda, a fuga da violência que faz parte da realidade do bairro da Costeira do Pirajubaé.

Através da pesquisa, o quadro a seguir ilustra o tempo de freqüência das crianças e adolescentes no CEC Costeira:



Nota-se que a maioria das famílias, ou seja, seis famílias (60%), o (s) filho (s) frequentam o projeto a menos de um ano; três famílias (30%), o (s) filho (s) frequentam a mais de um ano e uma família (10%), o (s) filho (s) frequentam há um ano.

Sem a participação no projeto as crianças e adolescentes do bairro da Costeira do Pirajubaé são suscetíveis à convivência com a marginalidade e as drogas. Uma das maiores importâncias do CEC Costeira é a prevenção à marginalidade a partir do momento que afasta as crianças e os adolescentes dessas situações.

Outra questão trabalhada na pesquisa refere-se ao que deve mudar no CEC Costeira. O resultado obtido foi quase que totalmente positivo, pois a maioria dos entrevistados afirmam que não é necessário haver mudanças no projeto. Esse resultado pode ser percebido nas respostas a seguir:

*Para mim não precisa mudar nada porque o CEC/APAM é um projeto que ajuda as crianças a crescerem e serem mais evoluídas no futuro;*

*Para mim não precisa mudar nada;*

*Acho tudo de bom na APAM e a meu ver nada deve ser mudado, a não ser que os que trabalham aqui queiram mudar para ainda melhor;*

*Acho que não deve mudar e sim aperfeiçoar. Como ter alguma atividade artesanal. Lógico que nas condições do CEC;*

*Atualmente não tem o que mudar. Os professores são ótimos, não tenho o que reclamar;*

*Do jeito que ta está bom;*

*Pelo que as meninas falam, não precisa mudar nada. Gosto porque o portão está sempre fechado e não tem muito homem. Tenho preocupação com a pedofilia;*

*Deve aumentar a faixa de idade que o projeto atende até quinze anos. As crianças saem do CEC com treze anos ficam em casa, sem ter o que fazer;*

*Acho que as professoras devem ser mais duras com as crianças;*

*Os professores devem dar mais atenção quando um aluno bate no outro.*

As respostas demonstram que sete famílias (70%), acham que o atendimento do projeto está sendo suficiente e satisfatório para suprir as necessidades demonstradas pelas famílias ao utilizarem o projeto; uma família (10%), acha que a faixa etária atendida pelo projeto deve aumentar de sete a treze anos incompletos para até quinze anos e as outras

duas famílias (20%), acham que deve haver mudanças no modo como os educadores agem com as crianças e adolescentes.

Contudo, a pesquisa demonstrou que o projeto cumpre seus objetivos e, é de grande importância para as famílias, pois estas confiam no atendimento e encontram no CEC um espaço seguro para retirar seus filhos da rua, receberem alimentação e a possibilidade de que essas crianças e adolescentes sonhem com uma vida melhor e um futuro digno, sem que façam parte das trágicas estatísticas das mazelas sociais.

#### **4.4 O Conceito de Família para os Entrevistados**

A instituição familiar estudada e discutida por muitos e por muito tempo, é também o foco para o atendimento nos CEC's. No CEC Costeira são atendidas em média cinquenta famílias que tem seus filhos matriculados no projeto. Além destas são inúmeros os atendimentos às famílias da comunidade em geral, assim como de outros bairros próximos.

Este atendimento às famílias é resultado de Políticas Públicas que priorizam esta instituição social, a fim de prestar atendimento em prol da garantia dos direitos, inclusão social e resgate da cidadania, porém muitas vezes torna-se necessário reavaliar o modo de se pensar as Políticas Públicas, pois estas às vezes, não condizem com a realidade em que são aplicadas, isto é um agravante para que seus resultados não sejam consolidados. Portanto:

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão. Portanto, todas as instituições da sociedade devem respeitar e apoiar os esforços dos pais e de todos os demais responsáveis para alimentar e cuidar da criança em um ambiente familiar. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A SOBREVIVÊNCIA, A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS 90, 2004, p. 05).

O CEC Costeira é um dos projetos da rede pública que serve como apoio indispensável para as famílias que nele são atendidas. Para tanto, evidenciou-se através da pesquisa a importância e a concepção de família para os entrevistados, como mostram os depoimentos auferidos a seguir:

*A família é importante para que o casal não fique sozinho, para ter os filhos para olharem por ele e não ficarem sozinhos;*

*Família para mim é porque Deus criou a família para nascer com paz tranqüilidade e amor ao próximo;*

*Para mim é tudo, é a minha vida;*

*Família é um conjunto que deve ser completo, com pais e filhos. A família é muito importante para qualquer pessoa, pois é a base de tudo que desejamos de melhor para quem amamos;*

*A família é a coisa mais importante, principalmente quando é unida. Tenho muito amor pela minha família como também pelos amigos;*

*A família é a base de tudo. A importância da família é que ajuda na nas responsabilidades, faz com que tudo seja imposto a ela. A família é tudo;*

*A família sou eu e meus filhos, meus irmãos e mãe. São muito importantes porque me ajudam. A família é muito importante;*

*Para mim a família sou eu, meu esposo e meus filhos perfeitos com saúde, não tenho do que reclamar;*

*Família vem desde pequeno. Amor, compreensão, união, aliança com Deus, carinho entre eu e meu esposo e as filhas, coisa que o dinheiro não compra;*

*Família tem que ser unida, sem brigas. Aonde um vai os outros vão atrás.*

Verifica-se através dos depoimentos que a concepção de família está quase sempre ligada à relação entre o casal e seus filhos. Outra concepção de família é que esta foi criada por Deus e por isso é a base de tudo, do amor, da união, da ajuda, do carinho, da tranqüilidade, assim como é importante para que as pessoas não fiquem sozinhas.

A pesquisa também deixou evidente a preocupação das famílias com o futuro dos seus filhos e com a esperança de uma vida melhor, sem tantas dificuldades, com menos

violência, com emprego fixo, longe das drogas e da marginalidade. Essa preocupação com o futuro torna-se constante no dia a dia das famílias entrevistadas, como apontam as seguintes respostas sobre o que as famílias esperam do futuro:

*Estudo para os filho, para terem um serviço melhor e uma vida controlada;*

*Dar a volta no mundo. Nascer de novo, ser mais madura e sempre ajudar as pessoas que precisam;*

*Eu espero o bem para meu filho e neto, é tudo que eu quero;*

*Minha família espera o melhor para o futuro de todos. Que tenhamos educação, saúde, lazer e tudo que nós seres humanos precisamos para ter um pouco de dignidade e principalmente uma boa saúde para que possamos trabalhar muito em nome de nossa família;*

*Quero que os políticos sejam melhores para melhorar a cidade e a família;*

*Espero que tudo fique melhor, pois com tudo o que está acontecendo no país e no mundo fica difícil até para criarmos nossos filhos, pois tudo é complicado, mas acho que o futuro vai ser bom;*

*Um futuro muito bom. Que os filhos estudem bastante para viver melhor e não dependerem de ninguém;*

*O melhor para meus filhos, estudo. Ir em frente nos estudos;*

*Ver as filha na faculdade; ter emprego e morar em um local mais baixo;*

*Saúde, ter casa própria e marido com emprego bom.*

Os depoimentos das famílias entrevistadas mostram a preocupação com o futuro, estas estão relacionadas com ter acesso ao lazer, educação, saúde, emprego e renda. É importante ressaltar que essa preocupação com o futuro também é trabalhada nas oficinas educativas no CEC, com as crianças e adolescentes para despertar nesses, a vontade de lutar por uma vida melhor com moradia digna e um emprego estável para garantir o futuro da família.

No entanto os projetos de atenção à criança, ao adolescente e à família precisam ser uma referência conhecida para a população, devido ao caráter educativo atribuído a

esses projetos. Os CEC's são um método de trabalhar a educação não-formal que pressupõe o desenvolvimento da criança com base em suas próprias características de forma a ampliar sua própria capacidade, não assumindo assim, a disciplina formal e autoritária utilizada nas escolas.

Segundo Gohn (2001), que trabalha com um conceito ampliado de educação, a educação não-formal têm quatro áreas de abrangência:

O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, [...]. O segundo, a capacidade dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercícios de práticas que capacita os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. [...]. O quarto, [...] é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, [...]. (GOHN, 2001, p. 98-99).

Portanto, é importante manter e melhorar os serviços de atenção à família para que cada vez mais esses venham a ampliar a cidadania com ênfase na educação, seja ela formal ou não formal. “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2004, p. 47), pois a educação é a melhor forma de garantir a inclusão social para as famílias menos favorecidas que infelizmente compõe o quadro da maioria das famílias brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar o trabalho de conclusão do curso foi antes de qualquer coisa, um desafio que testou os conhecimentos e as habilidades adquiridas durante os quatro anos de graduação em Serviço Social. Este significou um ensaio importante para futuras pesquisas, enquanto Assistente Social.

Dentre os fatores importantes para a realização deste trabalho, esteve o estágio no Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé, local que possibilitou a pesquisa que foi o principal instrumento para concretização deste.

Constatou-se que o Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé é de grande importância para prestar assistência às famílias da comunidade, assim como e, principalmente às crianças e adolescentes que em sua maioria são filhos de pais semi-alfabetizados e desempregados que com muita dificuldade enfrentam seus problemas e lutam para manter a dignidade e um mínimo para sobreviverem com suas famílias.

Como foram demonstrados no capítulo quatro, os objetivos do referido trabalho foram alcançados devido à importância do Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé na vida das famílias atendidas. Ficou evidente que o projeto auxilia os pais na educação de seus filhos; evita que estes estabeleçam um vínculo com a rua e amplia a concepção de cidadania do educando.

Portanto, a ampliação da cidadania das crianças e adolescentes e de suas famílias atendidas pelo Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé pode ser concretizada através da intersecção entre a prática profissional do Serviço Social e a prática do educador. Estas são, conforme nos indica o presente estudo, neste projeto o tipo de intervenção adequada para agirem nas problemáticas trazidas pela demanda.



Essas práticas podem ser legitimadas através da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Código de Ética do Serviço Social, bem como outras formas de lei que garantem os direitos da criança, do adolescente e da família.

As principais sugestões que ficam após ter sido concluído esse trabalho é que deve ser ampliado o espaço do Serviço Social em instituições educacionais, ou seja, deve ser ampliada a conexão que integre o Serviço Social e a educação. Só assim, será efetuado um trabalho que realmente contribua para a formação e conscientização das crianças, dos adolescentes e das famílias atendidas, pois só assim essas terão a possibilidade de melhorar a condição de vida e promover-se socialmente.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. **Política Social e Combate à Pobreza. A Teoria da Prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ABREU, A. B. **As Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.
- AMBONI, G. **Estudo para um Planejamento Ambiental da Costeira do Pirajubaé - Florianópolis - Santa Catarina.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 111p. , 2001.
- ANDRADE, V. R. P. **Cidadania: de direito aos direitos humanos.** São Paulo: Acadêmica, 1993, p. 62-88.
- ANTUNES, R. **Crise Capitalista Contemporânea e as Transformações no Mundo do Trabalho.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.
- APAM. **Estatuto da Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente,** 1988.
- ARCOVERDE, A.C.B. **Questão Social no Brasil e Serviço Social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Brasília: CEFESS/ABEPS/CEAD/Unb, 1999.
- ARIÈS, P. **Historia Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno.** 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALSTER, S. P. **Compreendendo as Estratégias de Sobrevivência das Famílias Atendidas pelo Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 127p. , 2003.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. LEI N. 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.**
- BRASIL. LEI N. 10257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da cidade.**
- BRASIL. LEI N. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**
- BRASIL. LEI N. 5504 de 21 de julho de 1999.

BRASIL. **Norma Operacional Básica da Assistência Social de 1999.**

CFESS. **Serviço social na educação.** Brasília, 2001.

CHAUI, M. In: VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Disponível em  
<[http://www.legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/viw\\_identificacao/lei10406-2002?opendocument](http://www.legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei10406-2002?opendocument). Acesso em 09/2004.

CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL.  
Disponível em <[http://www.cfess.org.br/Codigo\\_de\\_etica.htm](http://www.cfess.org.br/Codigo_de_etica.htm). Acesso em 11/2004.

COVRE, M. de L. M. **O que é Cidadania.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSTA, A. C. G. da. **Por uma Pedagogia da Presença.** Brasília: Ministério da Ação Social Governo do Brasil, 1991.

CRESS, 7ª Região. **Assistente Social: ética e direitos.** 3. ed. Rio de Janeiro, 2001, p. 346-383.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

DALLARI, D. de A. **O Que São Direitos das Pessoas.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAMATTA, R. **Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional.** In: A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55-80.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A SOBREVIVÊNCIA, A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS 90. In: KALOUSTIAN, M. S. (org). **Família Brasileira: a base de tudo.** 6. ed. São Paulo: Cortez; UNICEF, 2004, p. 05.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em  
<<http://www.direitos humanos.usp.br/principal.html>. Acesso em 04/2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERREIRA, M. T. **Cidadania: uma questão para a educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIGUEIRAS, C. A. C. Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade.** N. 49. São Paulo: Cortez, nov, 1995.

FLORIANÓPOLIS. Resolução N. 811 de 03 de dezembro de 2002. **Lei Orgânica do Município de Florianópolis.**

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIKOVATE, F. **A Arte de Educar.** São Paulo: MG Editores, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. **Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZÁLEZ, R. S. e VIOLA, S. E. A. (orgs). **Educação e Direitos: experiências e desafios na defesa de crianças e adolescentes.** Porto Alegre/Canoas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, CELES, 1997.

GUARESCHI, P. A. **Relações Comunitárias: relações de dominação.** In: CAMPOS, R. de F. (org.). *Psicologia Social Comunitária.* Petrópolis: Vozes, 1996.

GUEIROS, D. A. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social & Sociedade.** Ano XXIII. N 71. São Paulo: Cortez, 2002, p. 102-121.

HERKENHOFF, J. B. **Ética Educação e Cidadania.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

<<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/2004.

IANNI, O. A Questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva.** Modulo 1, São Paulo: CEAD, jan./mar, 1999, p. 2-10.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KALOUSTIAN, M. S. (org). **Família Brasileira: a base de tudo.** 6. ed. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2004.

LANE, S. T. M. **O Que é Psicologia Social.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOPES, J. A. V. **Democracia e Cidadania: o Novo Ministério Público Brasileiro.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

LUFT, P. C. **Mini Dicionário Luft.** Sao Paulo: Ática Scipione, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

- MARTINS, J. de S. (org). **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, K. e FRIEDRICH, E. **O Manifesto Comunista**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz é Terra, 2001.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIOTO, R. C. T. Famílias e Saúde Mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Revista Katálysis**, N. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. N 55. São Paulo: Cortez, 1997, p. 114-130.
- MOISÉS, J. A. **Cidadania e Participação**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- MORAIS, R. de. **Cultura brasileira e educação**. São Paulo: Papirus, 1989.
- OLIVEIRA JÚNIOR, J. de A. (org). **O Novo em Direito e Política**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- PRADO, D. **O Que é Família**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PROJETO CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1992.
- QUEIROZ, C. A. R. S. de. Manual de Terceirização. São Paulo: STS, 1992.
- RAMOS, S. R. A Construção de Projetos Coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do serviço social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano. 3, N. 5. Brasília: ABEPSS, 2002.
- REIS, J. R. T. Família, Emoção e Ideologia. In: LANE, S. e CODO, W. (org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 99-124.
- RIBEIRO, R. M., SABÓIA, A. L., BRANCO, H. C., et al. Estrutura Familiar, Trabalho e Renda. In: KALOUSTIAN, M. S. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez; UNICEF, 2004, p. 135-158.
- ROSSEAU, J. J. In: FERREIRA, M. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SARTOR, F. de B. **Introdução ao Estudo do Direito**. 2004, p. 01-07.
- CADERNO DO AGENTE, Secretaria de Estado de Assistência Social de Minas Gerais, Centro Nacional de Formação Comunitária, Fundação João Pinheiro. **A gestão Social e a Política da Assistência Social para Crianças e Adolescentes**. Belo horizonte, 2002.
- SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Ano XXIII. N 71. São Paulo: Cortez, 2002.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Ano XXIV. N 73. São Paulo: Cortez, 2003.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Ano XXV. N 78. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, P. **O Capitalismo**. 18. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SPOSATI, A. **Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1997.

SZYMANSKI, H. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIII. N 71. São Paulo: Cortez, 2002, p. 09-25.

TELLES, V. Questão Social: afinal, do que se trata? **Revista São Paulo em Perspectiva**, módulo 1. São Paulo, 1996.

VÁRZEA, V. **Santa Catarina: a ilha**. [s. n.]. Florianópolis, 1984.

VICENTE, C. M. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, M. S. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez; UNICEF, 2004, p.47-59.

VIEIRA, F. X. M. In: CARVALHO, P. C. de (org). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Edição comemorativa: 10 anos**. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes gráficas, 2000, p. 5-6.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIII. N 71. São Paulo: Cortez, 2002, p. 45-62.

## **ANEXOS**

**Anexo A**

**QUESTIONÁRIO FAMILIAR**



## Questionário Familiar

1- Composição Familiar:

<b>NOME</b>	<b>PARENTESCO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>IDADE</b>

2- Há quanto tempo os filhos estão no CEC?

---

---

---

---

3- Qual a importância do CEC para a família?

---

---

---

---

4- O que deve mudar no CEC/APAM?

---

---

---

---

5- O que é família para você? Qual é a importância da família?

---

---

---

---

6- O que a família espera do futuro?

---

---

---

---

Data da visita:

Entrevistado:

**Anexo B**

**FOTOS DE ATIVIDADE CULTURAL APRESENTAÇÃO DE TEATRO DE  
FANTOCHES**



Foto 01: Atividade cultural – Apresentação de teatro de fantoche.



Foto 02: Atividade cultural – Apresentação de teatro de fantoche.



Foto 03: Atividade esportiva.



Foto 04: Atividade esportiva.



Foto 5: Atividade de lazer na brinquedoteca – Sessão de filme.



Foto 6: Atividade de lazer na brinquedoteca – Sessão de filme



Foto 7: Atividade pedagógica em sala de aula.



Foto 8: Hora do almoço no CEC.